

**O PCB-PPS e a
cultura brasileira:**

Apontamentos

Ivan Alves Filho

**O PCB-PPS e a
cultura brasileira:
Apontamentos**

Brasília, 2012



Fundação Astrojildo Pereira

SEPN 509, Bloco D, Lojas 27/28, Edifício Isis – 70750-504

Fone: (61) 3224-2269 Fax: (61) 3226-9756

contato@fundacaoastrojildo.org.br

www.fundacaoastrojildo.org.br

Presidente de Honra

Armênio Guedes

Presidente

Caetano Araújo

Edição

Francisco Inácio de Almeida

Projeto Gráfico e Editoração

AD Arte Final

Ficha catalográfica

A474p O PCB-PPS e a cultura brasileira – Apontamentos. Alves Filho, Ivan. Brasília/DF : Fundação Astrojildo Pereira, 2012. 110 p.
1. Política cultural. I. Fundação Astrojildo Pereira. II. Ivan Alves Filho. III. Título.

CDU 320.5

“As inteligências sempre estão ligadas por fios invisíveis ao corpo do povo” .

Karl Marx, em carta escrita em 1871

“Aconteceu com demasiada frequência que, quando a História faz uma viragem brusca, até os partidos avançados não podem durante um tempo mais ou menos longo habituar-se à nova situação, repetem palavras de ordem que ontem eram corretas, mas hoje perderam todo o sentido, perderam o sentido tão “subitamente” como “súbita” foi a brusca viragem da História”.

Vladimir Lênin, às vésperas da Revolução de 1917

“Poder-se-ia adotar o seguinte lema para a reorganização do mundo de após-guerra: a democracia política por princípio e a democracia econômica por base; a democracia cultural por fim”.

Astrojildo Pereira, ao definir as tarefas da inteligência brasileira, em 1945

“O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente, nem mesmo do Brasil. Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis tem que falar dele. Ou estará mentindo”.

Ferreira Gullar, na passagem dos 60 anos do PCB

*Dedicamos este trabalho
aos intelectuais, artistas e escritores
que deram o melhor de seus esforços à
construção de uma cultura identificada com
aquilo que o povo brasileiro tem de melhor,
ou seja, a sua criatividade e alegria.*

★

*E aos casais
Zirlanda Mello e Severino Teodoro de Mello;
Tereza Vitale e Francisco Inácio de Almeida;
Geralda Nunes e Paulo Elisiário Nunes;
Zelda Tôrres e Sérgio Augusto de Moraes –
que simbolizam, aos meus olhos,
aquilo que o Partido tem de melhor.*

Apresentação

A comparação da trajetória do Partido Comunista Brasileiro com a de outros partidos socialistas e comunistas, na América Latina e no mundo, evidencia uma característica singular: a importância do partido e de seus quadros na intelectualidade, nos grandes movimentos das artes e das ciências, ao longo de sete décadas. Parte dessa efervescência foi recolhida pelo PPS, mas, num momento em que a relação entre política e cultura era outra no Brasil, tomou a forma mais simples da militância de quadros de importância histórica em seus campos de produção intelectual.

Todos os PCs do mundo contaram com expoentes das artes e da ciência nos seus quadros. Mas talvez em nenhum, além do brasileiro, o PCB não apenas contou com a maioria dos expoentes dos grandes movimentos artísticos e científicos, como os promoveu e direcionou, por meio de políticas deliberadas. Basta pensar no romance regional nos anos 30, no teatro engajado nos 60, no cinema novo, na arquitetura e pintura modernas, na MPB. No campo da ciência, com rebatimento na política pública, deve ser lembrada a produção nas ciências sociais e econômicas, na história, na física, na antropologia indigenista e na medicina voltada para a saúde pública.

A explicação para essa influência, absolutamente desproporcional ao peso do partido na sociedade como um todo, deve ser procurada em características próprias da sociedade brasileira, uma vez que a uniformidade foi característica do movimento comunista internacional, durante muito tempo.

O livro ora publicado *O PCB-PPS e a cultura brasileira. Apontamentos*, de Ivan Alves Filho, constitui um primeiro passo, indispensável, ao entendimento desse fenômeno. O autor faz um levantamento da influência do PCB/PPS na intelectualidade brasileira, recuperando as diferentes relações que vários nomes de importância em seus respectivos campos mantiveram com o PCB desde sua fundação. O fenômeno da interseção PCB/intelectualidade ganha uma primeira mensuração quantitativa, relacionada sempre aos fatos mais relevantes da história do Brasil e do partido.

A tarefa é complexa e certamente exigirá acréscimos frequentes. Ao autor, no entanto, não faltam qualificações para executá-la. Como historiador, um dos focos de seu trabalho de pesquisa é a cultura brasileira e, na condição de antigo militante do PCB, conviveu desde muito cedo com vários dos personagens que transitavam na fronteira da militância do PCB com o ativismo cultural.

Desfrutem desta empolgante leitura!

Roberto Freire
Presidente do PPS

Caetano Pereira de Araujo
Presidente da FAP

Em 1922, a sociedade brasileira vivia uma extraordinária efervescência cultural e política, materializada pela inauguração da Semana de Arte Moderna, pela fundação do Partido Comunista, pelo Primeiro Congresso Feminista e, também, pela explosão da Revolta do Forte de Copacabana. Um ano de cortar o fôlego.

O Partido Comunista – cuja trajetória nos interessa mais de perto aqui – surge então com uma dupla característica. De um lado, trata-se de uma agremiação política que se quer profundamente brasileira, com a proposta de se entranhar nas lutas sociais e nacionais. De outro, apresenta um perfil internacionalista, profundamente solidário com os povos em luta. Além do que, é um partido que ambiciona governar para os setores menos favorecidos da população, com a classe operária à frente. E tudo isso é muito novo, para os padrões do país e para a época. Se o Partido obteve ou não êxito em sua função, trata-se de outro problema. O fato é que ele representava, ao mesmo tempo, o avanço das forças produtivas no país e a rebelião contra esse mesmo avanço, buscando uma saída humanista para a situação em que o Brasil se encontrava.

De toda forma, com vocação para lutar pela democracia, conforme se verificaria mais nitidamente com o correr do tempo, o Partido Comunista Brasileiro daria uma contribuição importante à vida nacional. Senão vejamos. Foi o primeiro agrupamento a defender, já em 1923, a implantação de uma reforma agrária entre nós (exigência essa que guarda ainda uma certa atualidade, ao menos no plano social). E foi também o primeiro a propor uma política relativamente ampla de alianças, conforme o atesta a formação do Bloco Operário Camponês (BOC, 1928) e da própria Aliança Nacional Libertadora (ANL, 1935). Isso, para não aludirmos à criação, em 1967, da Frente Ampla, uma tentativa de combater a ditadura militar pela via política.

Mais: a partir da chamada Declaração de Março de 1958, o PCB elege a democracia como o espaço para a superação da ordem vigente no Brasil. Foi com essa firme determinação que a maioria do Partido optou por derrotar politicamente – e não derrubar pela força das armas – a ditadura político-militar instalada no país desde 1º de abril de 1964. Não deu outra, a História daria razão aos comunistas, apesar de o partido ter cometido alguns equívocos sérios no decorrer de sua trajetória.

Um dos herdeiros da tradição pecebista, no que ela possuía de positivo e também de negativo, o Partido Popular Socialista (PPS) dá continuidade histórica a algumas das propostas do PCB. Mas, de certa forma, sua entrada na cena brasileira também representa uma ruptura com determinadas práticas e mesmo concepções desse Partido. Pois o PPS

compreendeu que a sociedade brasileira é plural, complexa, e que no caminho político nacional não há espaço para um modelo autoritário de partido único. E tampouco para exclusões de qualquer natureza. Com essa ótica, o Partido quer continuidade, mas também mudança. Talvez até mais mudança do que continuidade, no entender de alguns.

A cultura sempre aproximou o PCB-PPS da população brasileira. Nos tempos mais agudos da clandestinidade, ela chegou a ser, praticamente, a única forma de o Partido estabelecer um vínculo permanente com a sociedade organizada. Talvez até por isso, a cultura possa ajudar a política a redirecionar seu foco do Estado para a sociedade civil. O Partido contribuiu, historicamente, para conscientizar alguns de seus melhores intelectuais para o fato de que entre a adesão pura e simples ao sistema e a indiferença em relação a esse mesmo sistema, a saída se encontrava na adoção de uma terceira posição. Ou seja, a atuação crítica para ir arejando as cabeças, criando, assim, condições para mudar a sociedade. Tratava-se, na visão dos comunistas, de aproveitar todas as brechas possíveis. Já no *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels demonstraram o lado avassalador do capitalismo, ao transformar “o médico, o advogado, o pregador, o poeta, o homem de ciência, em trabalhadores assalariados”. Vale dizer, a burguesia caminhava para ser a detentora dos meios de produção da cultura. Pelo mercado, ela tendia cada vez mais a controlar os passos dos intelectuais e artistas.

Assim, somente a atividade política, explorando as contradições sociais inerentes ao sistema, é que poderia viabilizar a ultrapassagem do capitalismo, até chegar à realização de “uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um será a condição para o livre desenvolvimento de todos”. Essa, ao menos, a visão de Marx e Engels.

Os comunistas não estão muito longe de ter uma concepção de cultura como uma espécie de estar no mundo, uma relação social entre indivíduos. Para eles, a cultura é uma ferramenta de transformação do mundo real. E o homem, ator da sua própria história. Isso, em teoria. Mas a prática pecebista não apresenta nenhum corte entre o mundo real e a visão que se tem desse mesmo mundo no tocante à cultura. Prática e teoria como que se fundiram, nesse caso. Passada de geração a geração, como uma herança social, a cultura une. O Partido soube entender que a sociedade é sempre maior do que o Estado e que é ela que produz cultura. Mais: que o capital impulsiona a cultura não tanto por estar interessado nela – e sim nos lucros que eventualmente poderá auferir. Mas quando o mercado se impõe como único critério, o capital, por seu turno, começa a travar o desenvolvimento da atividade cultural. É bom aquilo que dá dinheiro e ponto final.

Como explicar o engajamento político dos intelectuais e artistas brasileiros no Partido Comunista? Provavelmente não existe resposta única e acabada a essa pergunta. Certamente há por parte deles uma postura generosa diante das mazelas sociais que afligem o país e um desejo sincero de superá-las.

Não há como negar tampouco que alguns deles enxergavam no socialismo uma possibilidade de realizar suas expectativas de trabalho, seus anseios profissionais, pelo menos de forma mais efetiva (apesar de, como observou o cientista político Paulo César Nascimento, muitos desses intelectuais e artistas já serem nomes consagrados quando se aproximaram do PCB). Outros intelectuais e artistas, ainda, se sentiam atraídos pela possibilidade de contribuir para a formação da identidade brasileira. Afinal, a ação do PCB os estimulava a produzir cultura. Ou talvez tudo isso junto, quem sabe.

E convém salientar que os intelectuais – considerados por Antonio Gramsci como uma categoria cujo peso político ganhava autonomia em relação até mesmo às divisões de classes verificadas na sociedade burguesa, conforme veremos mais adiante – dificilmente se deixariam conduzir de forma subalterna pela direção partidária. Eis o que contribui, historicamente, para arejar o Partido, uma organização extremamente centralizada em alguns momentos de sua trajetória política. Assim sendo, é interessante observar que a política cultural do Partido extrapola o próprio âmbito da agremiação, ou seja, nada tinha de estreita, voltada para dentro. Em certas épocas, é verdade, houve atritos vigorosos com a intelectualidade nacional, mas o Partido compreenderia que era preciso respeitar a liberdade de criação dos artistas e intelectuais, sobretudo após os ventos libertários trazidos pela Declaração de Março de 1958, na esteira do desmoronamento do sistema stalinista. Assim, sua proposta cultural pleiteia, quase sempre, amplos setores da sociedade. A política cultural era

encarada, ao menos em certos períodos da trajetória partidária, como algo voltado para a sociedade e não para o interior do próprio Partido. E mais: era preparada ou estabelecida, sobretudo a partir de 1958, é sempre bom lembrar, pelos próprios criadores de cultura.

Ou seja, o Partido soube encontrar o necessário equilíbrio entre política e cultura, evitando tanto tratar a cultura como um apêndice da propaganda partidária, quanto esquecer que “a classe que é o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, o poder espiritual dominante”, segundo sinalizaram Marx e Engels no célebre *A ideologia alemã*. O Partido nunca se apoderou da máquina do Estado, ou esteve no poder, é bem verdade; mas talvez tenha construído algo melhor. Isto é, uma sólida relação com a chamada sociedade civil, que ele buscava oxigenar com suas ideias e proposições. Curiosamente, essa visão se aproxima da realidade do mundo da cultura de hoje, quando intelectuais vêm se preocupando menos em se aproximar dos governantes do que da chamada opinião pública. A prioridade pode ter se deslocado do Estado para a sociedade civil.

Não seria muito complicado para o PCB estabelecer pontes entre a cultura elaborada pelos intelectuais e a prática política popular. Por uma razão: o Partido soube compreender, talvez instintivamente, que a síntese era a principal característica da cultura brasileira. Soube mover-se nesse ambiente.

Não há exagero em afirmar que o Partido contribuiu para estruturar a cultura brasileira contemporânea, por intermédio

de instrumentos como jornais, revistas, livros e grupos de teatro e cinema. Evidentemente, nem só de comunistas se compôs aquilo que a cultura brasileira tem de melhor e nomes expressivos como Heitor Villa-Lobos, Mário de Andrade, Ariano Suassuna, Antonio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes nunca pertenceram ao Partido. Do poeta carioca, destaque-se seu último grande gesto, o de ter levado, de Buenos Aires para o Rio, o Poema Sujo, de Ferreira Gullar. Mas é inegável que os comunistas são uma parte importante da identidade cultural brasileira (ou seja, aquilo que a caracteriza e diferencia das demais práticas culturais) ao longo do século XX, forjada sem dúvida pelos setores mais criativos da militância partidária. Eis o que talvez explique a presença de nomes tão ilustres da intelectualidade e da criação artística nacionais no PCB-PPS. Essa ligação com a intelectualidade era tão próxima que a crise do PCB significou também, em certa medida, a crise da própria cultura brasileira. Parafraseando o poeta, é impossível escrever a história da nossa cultura sem falar no PCB – sob muitos aspectos, uma espécie de partido da inteligência brasileira.

II

Vamos ver rapidamente o que entendemos por cultura.

O termo cultura possui uma longa história – tão longa quanto a própria história dos homens, nunca é demais lembrar. Ligado inicialmente à ideia de cultivo – o que nos remete a algo naturalmente prático –, o termo cultura passou a designar, genericamente, as atividades relacionadas às coisas do espírito. Hoje, o termo cultura tende a sofrer uma nova mutação, refletindo um certo estar no mundo. Essa noção tem a vantagem de unificar aquilo que é prático ao que é também reflexão, e, mesmo, lúdico. A rigor, esse sempre foi o papel da cultura. O diferencial que pode emergir hoje é a autonomia crescente do fato cultural, impondo-se diretamente sem instituições intermediárias ou matrizes tradicionais, como as igrejas e o próprio Estado.

Enquanto conjunto de representações imaginárias e sensitivas da população, a cultura é, na verdade, uma forma de vivenciar o mundo. Ou seja, um elemento gerador de identidades. Uma criação coletiva, a qual pressupõe um objeto e um sujeito (sem que haja dominação e, sim, interação, entre

eles). Por isso, ela não pode ser reduzida à simples dimensão de um produto. Algo para a venda, apenas. Pois ela vai muito além disso – a cultura, pode-se dizer, estrutura nossas personalidades. Ela é depositária das nossas memórias. Das nossas recordações de infância. Dos ritmos, cores e cheiros da nossa vida. Dos nossos gostos, paladares, sonhos, tatos, devaneios, ritmos. Dos nossos olhares e dos nossos pesares. A cultura é tudo isso e muito mais. Ou seja, ela forja cidadãos – os mais completos possíveis. Cidadãos que se valem da sua principal arma: os cinco sentidos que humanizam o homem.

O Brasil se apresenta hoje como um dos países mais importantes do mundo, tanto em extensão territorial quanto em densidade populacional ou presença industrial. Mais: ao longo do século XX, o país se configurou como um dos países mais criativos nos marcos da chamada cultura ocidental. Da arquitetura de Brasília ao Cinema Novo, da música de Villa-Lobos à Bossa Nova e à MPB, da Semana de Arte Moderna de 1922 ao Teatro do Oprimido e deste às manifestações esportivas as mais diversas, a cultura brasileira tomou parte ativa na construção do mundo moderno. Intelectuais, artistas, escritores e desportistas do porte de Oscar Niemeyer, Josué de Castro, Celso Furtado, Pelé, Jorge Amado, Milton Santos, Ferreira Gullar, Darcy Ribeiro, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e outros são admirados em vários pontos do mundo. Talvez por isso, a trajetória cultural brasileira nos pareça tão vigorosa quanto aquela da Espanha republicana, a Espanha de Garcia Lorca, Rafael Alberti, Luis Buñuel, Antonio Machado, Pablo Casals e Pablo Picasso. Ou aquela da Rús-

sia, com Vladimir Maiacovski, Serguei Eisenstein, Dziga Vertov, Marc Chagall, Malevitch, Máximo Gorki, Kandinsky e muitos outros. Ou ainda da própria Itália, com Antonio Gramsci, Norberto Bobbio, Italo Calvino, Vittorio de Sica e a turma do neorrealismo, Umberto Eco e outros. Isso, para não aludirmos à verdadeira explosão de criatividade manifestada pela cultura judaica na Europa Central, revelando ao mundo nomes como Franz Kafka, S. Freud, G. Lukács, Walter Benjamin e W. Reich – todos homens de expressão alemã. Justiça seja feita, os EUA, país que não se pautou pela existência de uma cultura politizada como os demais países ou regiões citados, brilharam também com uma música popular – *blues, jazz* – de altíssimo nível, além de um cinema extraordinariamente rico, sobretudo nos anos 40 e 50. Por sinal, seus intelectuais e escritores também sofreriam tremendas perseguições no chamado período das caças às bruxas. Mais para a segunda metade do século XX, a cultura acadêmica marxista norte-americana se firmou no mundo inteiro, por intermédio de nomes como Leo Huberman, Paul Sweezy e Marshall Berman.

Então, sem medo de errar, diríamos que Brasil, Espanha, Itália, Rússia, faixas da Europa Central, e a região de Nova York, sobretudo, foram os grandes centros irradiadores da modernidade neste século XX. E, não por acaso, essas áreas enfrentaram a fúria do autoritarismo, tiveram seus destinos marcados pela truculência política. Mas não se dobraram. A cultura, no fundo, é o outro nome da liberdade.

Acreditamos que a cultura tenha um papel cada vez mais destacado na luta mais geral pela reconstrução do Brasil, sobretudo na era da sociedade do conhecimento e das chamadas indústrias criativas. A extensão dos nossos problemas é realmente preocupante, tamanha a velocidade do desmoronamento da esfera pública no Brasil. Há uma verdadeira esquizofrenia social entre nós. Os números e indicativos econômicos são alvissareiros, alardeia uma certa imprensa – mas a tensão social só faz aumentar, a verdade é essa. Cerca de 50 mil pessoas são assassinadas por ano no país. Outras 40 mil – os números são de 2011 – morrem anualmente em acidentes de trânsito. O fosso entre aqueles que muito possuem e aqueles que praticamente nada possuem só faz crescer e o mesmo acontece com a desesperança no coração das pessoas. Impressiona o número de jovens desempregados e a falta de perspectivas de muitos deles: dados oficiais admitem que metade dos jovens entre 18 e 24 anos não encontra trabalho. O cinismo de determinados governantes, a decadência que toma conta das nossas ruas, tudo isso assusta o povo brasileiro. O Estado vai para um lado e a sociedade para outro, em uma valsa do desencontro. A cultura talvez possa estabelecer determinadas pontes.

Nós arriscaríamos até a dizer que houve um tempo em que se discutia a questão agrária, a questão do voto eleitoral para este ou aquele setor da sociedade, debatia-se até mesmo a questão das relações raciais – tudo sob a ótica da chamada questão nacional. Classificar uma questão como nacional era, a rigor, uma maneira de salientar sua impor-

tância para o momento presente. Sua dimensão estrutural, digamos. Outro não era o sentido das reformas de base no Governo Jango, às vésperas do Golpe de 64. Hoje, com a ampliação do desgaste das instituições e das funções do Estado e o acúmulo de problemas em todos os setores da vida do país, nós quase ousaríamos dizer que o Brasil é, por si só, uma questão nacional brasileira. No sentido de que o país todo precisa urgentemente ser questionado por cada um de nós, em suas múltiplas práticas.

III

No Brasil, podemos afirmar que a cultura se antecipa à própria formação do Estado nacional. Assim, há um sentimento de brasilidade que permeia a obra de artistas e criadores como Tomás Antônio Gonzaga, padre José Maurício, Aleijadinho e Manoel Victor de Jesus, bem antes de a Independência ser declarada, em 1822. A poesia, a música, a pintura, a escultura são tocadas pelo sentimento de autonomia, libertário (até hoje a paisagem cultural de Minas Gerais nos fascina por isso).

Contrariamente ao que alguns afirmam, podemos observar que a cultura brasileira está assentada sob bases antigas. Os mitos indígenas, os orixás africanos, a língua portuguesa possuem centenas, senão milhares, de anos de existência. E todos nós reconhecemos nesses símbolos algumas das referências culturais mais marcantes do homem brasileiro. Iemanjá nos é tão familiar quanto a palavra saudade ou a dança do cateretê. E o que é ainda mais impressionante: em qualquer ponto do país, qualquer brasileiro reconhece ou se identifica com essas manifestações.

Se as nossas raízes são antigas, a síntese cultural – isto é, seus galhos – é algo de novo tipo. O Brasil foi, provavelmente, um dos primeiros países modernos a operar uma síntese desse porte, unificando culturas dos mais diferentes horizontes.

E esse pioneirismo, como todo pioneirismo que se preza, desnorteia. O que somos nós, concretamente? – eis uma pergunta nem sempre muito simples de se responder. Uma nova Roma, como queria o antropólogo Darcy Ribeiro?

Uma extensão do Ocidente, como postulavam alguns autores do século XIX? Talvez tudo isso reunido. Um país onde todos os continentes se encontram, como todas as nuvens se cruzam no céu. Daí, provavelmente, o fascínio que a cultura brasileira exerce no mundo. Fomos – e somos – um verdadeiro laboratório da globalização. A história da nossa cultura é a história da nossa adequação a esse novo ambiente sul-americano. E iremos continuar assim, ao que tudo indica.

Uma cultura das quatro sínteses, a nossa: entre a teoria e a prática; o erudito e o popular; o tradicional e o moderno e, finalmente, sendo uma cultura que promove a fusão entre sensibilidades de diversos horizontes étnicos e geográficos.

Foi por compreender isso, que o PCB-PPS, em muitos momentos de sua trajetória, se fundiu com essa cultura.

IV

A cultura abre o caminho para as grandes transformações sociais. Historicamente tem sido assim em vários pontos do mundo, conforme se pode verificar ao examinarmos as grandes revoluções Francesa (1789) e Russa (1917) e seus estupendos intelectuais e artistas. Do filósofo Rousseau ao poeta Maiacovski, do revolucionário Saint Just ao não menos revolucionário Lênin e deste ao romancista Máximo Górkki ou o cineasta Eisenstein e o pintor Marc Chagall. Isso, para não aludirmos aos movimentos culturais e utópicos que embalaram o sonho desses homens, tenham esses sonhos o nome de Iluminismo ou Futurismo. A cultura anuncia o novo. É da sua natureza. A cultura, sendo coletiva, também dá ao homem uma dimensão da sua individualidade. Assim, ela é um ponto de interseção entre o particular e o geral.

Com efeito, o conhecimento, como expressão da criatividade e da observação, tende a marchar com as mudanças, senão estar à frente delas. É o que demonstra a experiência recente da História, tanto no plano das transformações políticas – com a participação destacada de tantos formuladores e militantes provenientes das diversas áreas da cultura e da

criação nas revoluções contemporâneas – quanto no terreno das mutações tecnológicas que a ciência vem promovendo no mundo. Um revolucionário rigoroso como Vladimir I. Lênin chegou a dizer – referindo-se, em 1902, à natureza da organização dirigida por ele – que não deveria haver diferença entre a ação revolucionária dos operários e dos intelectuais no interior da agremiação, formada por profissionais da agitação política. E esse processo da presença das forças portadoras de conhecimento sobre a cena política e econômica só fez se aprofundar na passagem para o século XXI.

Ainda que a sociedade seja o palco por excelência das contradições sociais, estas também ocorrem no plano das ideias. Ou “o ideal não é senão o material transposto e traduzido na mente humana?” (Karl Marx).

A História ensina que há fortíssimas ligações entre cultura e liberdade. Os períodos mais livres da trajetória brasileira foram também os mais profícuos. E, por vezes, o simples fato de se desejar a liberdade já configura uma realidade suficientemente poderosa para aguçar os nossos espíritos. Ou a Inconfidência Mineira não teve um impacto extraordinário sobre a nossa vida cultural? Quantos não se dedicaram às artes na região das Gerais, embalados pelo sonho libertário? Citaríamos ainda como exemplo, na fase contemporânea, os chamados anos dourados, a Era JK. Cinema Novo, a arquitetura de Brasília, a Bossa Nova, a explosão do esporte são conquistas dessa época – uma época indiscutivelmente livre.

E a História ensina também que o espírito crítico é condição básica para a criação. Dos vários caminhos que se apresentam ao artista – que vão da negação de tudo à aceitação pura e simples das regras do jogo –, sem dúvida aquele da inserção crítica na realidade tem se revelado o mais produtivo. Ou a arte não seria a eterna busca da harmonia e do ponto de equilíbrio.

E não podemos desconhecer tampouco as ligações marcantes entre cultura e criação popular, de um lado, e prática erudita, de outro – sem nos esquecermos ainda da ligação desse bloco com a chamada indústria cultural, que possui inegáveis aspectos de democratização do conhecimento. Prova maior disso é o caráter de cultura fronteira – aquela em que o criador tem um pé em cada margem do rio – de boa parte da produção artística brasileira. O músico Alfredo da Rocha Vianna, o Pixinguinha, era um artista fronteiro e o mesmo se pode dizer de Heitor Villa-Lobos. O escritor Machado de Assis também tinha essa dupla natureza – e a afirmação é válida ainda para o dramaturgo Ariano Suassuna e o romancista Lima Barreto. Entre os pintores, Cândido Portinari era um homem do povo e Tarsila do Amaral, nascida em uma abastada família de plantadores de café de São Paulo, soube ir ao encontro das nossas origens populares. O poeta Ferreira Gullar também possui essa natureza duplicada. O mesmo diríamos do compositor e escritor Nei Lopes. E de Elomar Figueira de Melo, esse renascentista dos nossos sertões. Ou seja, todos esses artistas mesclavam aparato erudito, técnica altamente sofisticada e sentimento popular. Alguns partiam

do popular em direção ao erudito – outros faziam o caminho inverso. Mas todos se encontravam na tênue linha da fronteira. Não há contradição nisso.

Ainda em relação à importância fundamental da liberdade, defendemos a posição de que a cultura salvou muitas vezes o povo brasileiro do isolamento, sobretudo nos anos terríveis da ditadura militar. Foi a sua alegria de viver, em meio àquela escuridão. Por intermédio da cultura se respirava. Afinal, não se pode colocar uma cultura inteira na cadeia.

A atividade cultural é fundamentalmente agregadora. Agindo em estreita ligação com a esfera da educação e da própria comunicação, a cultura talvez seja o grande elemento de união dos povos neste século XXI.

Muitos são os desafios enfrentados pela cultura. A prática cultural, como sabemos, não satisfaz a uma necessidade puramente material e, isso sim, à realidade da criação. Esse o seu compromisso básico. Eis o que vai de encontro, naturalmente, ao espírito do capitalismo, à sua lógica perversa que tudo arrasta “para as águas geladas do cálculo egoísta”, conforme Karl Marx e Friedrich Engels haviam assinalado no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848. Mas é preciso criar, criar mais e sempre, pois temos consciência de que a sociedade é a única fonte geradora de cultura e que o Estado deve se limitar a ajudar a alavancar a criatividade das pessoas. E não apenas isso: o Estado deve evitar a qualquer preço direcionar a atividade cultural ou artística. Sabemos todos aonde isso vai dar.

A política tem estimulado a cultura e mesmo a reflexão filosófica mais profunda: desde pelo menos a Revolução Francesa, para nos atermos ao início da chamada modernidade, não foram poucas as obras de valor escritas no calor da luta, como já insinuamos antes. A inteligência como sinônimo das mudanças. Autores como Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx, Friedrich Engels, Frantz Fanon, Erich Fromm, Norberto Bobbio e Ernst Fischer são patrimônio da Humanidade. As artes plásticas e cênicas tampouco deixam de nos impressionar. *Casablanca* é um filme político – e também uma obra-prima. *Guernica*, de Pablo Picasso, talvez seja o grande quadro do século XX. O teatro de Bertolt Brecht encanta as plateias do mundo inteiro. Um livro como *Dr. Jivago* emociona ainda hoje, pelo seu caráter épico e libertário. Alberto Giacometti busca inspiração na África para suas esculturas magníficas. Erudito e popular. Nacional e regional. Moderno e tradicional. Criatividade acima de tudo: a cultura, como humanismo que é, vem derrubando essas barreiras de tempo e lugar, devido à sua vocação universal, ao seu desprezo pelas amarras, uma vez que abrange toda a existência humana. As ideias socialistas, postas em prática durante o processo revolucionário russo, por exemplo, tampouco escaparam a esse esquema, muito pelo contrário: “a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais”, asseverou Lênin no seu célebre *O que fazer?*

Diríamos ainda que a experiência das democracias representativas revela uma nítida ligação entre participação elei-

toral progressista e acesso ao conhecimento. Ela demonstra que ali onde a educação se cristalizou o voto conservador encontra mais dificuldades em se expandir, mesmo em algumas faixas de renda consideradas mais elevadas da população. E o inverso também é verdadeiro: o posicionamento político mais avançado se depara com muitas barreiras em áreas e setores carentes de instrução, informação e acesso à ciência e à cultura. Assim, o “corte” não se opera somente no plano da renda ou mesmo da inserção na esfera produtiva, tendo também importância crescente as questões relacionadas ao modo de vida, ao pleno usufruto do conhecimento. A desinformação dá as mãos ao conservadorismo enquanto a instrução abre via para a conscientização social. Isso é fato. Após a catástrofe nazifascista, não dá para afirmar que um movimento é progressista pelo simples fato de arrastar multidões. A experiência iraniana recente também se encaixa nesse modelo, a intervenção popular sendo desviada para um processo teocrático, profundamente reacionário.

Independentemente dos atores e das conjeturas políticas, a luta não cessará enquanto o trabalhador continuar sendo aliado dos meios de produção e recebendo pelo seu esforço um valor abaixo daquilo que de fato ele cria. Esse afinal o grande embate.

V

Se a palavra e a imagem formam um poder, sobretudo nos dias que correm, como reunir os homens de cultura, que têm uma tendência, por vezes, a realizar seu trabalho de forma quase isolada? A própria realidade vem dando algumas respostas a isso, por intermédio das diversas associações e grêmios artísticos, grupos de reflexão filosófica e científica, formações folclóricas, escolas de arte, bandas de música, centros culturais, e ainda universidades, colégios, academias, conselhos e sociedades profissionais, jornais e revistas de cultura impressos ou eletrônicos – revelando que o fazedor de cultura também sabe se equilibrar entre a necessária inserção em uma coletividade e a imperiosa expressão de uma individualidade. Assim as ideias e as ações podem perfeitamente caminhar juntas. Afinal, conforme lembrou certa vez o psicanalista Erich Fromm, o ser humano nasce só e morre só – mas vive junto com os demais. “Somos feitos uns para os outros”, vaticinou Marco Aurélio e essa é uma regra básica da nossa existência. O Eu é também o Outro. Assim se forma o Nós. Os nós.

Que fique claro, no entanto, que nenhum setor pode falar em nome de toda a sociedade, e muito menos se arvorar em redimi-la. A noção de sujeito histórico pode ser considerada, nesse sentido, mais uma mistificação.

Seja como for, a História demonstra que, sob o regime feudal, havia duas grandes classes sociais: os senhores e os servos da gleba. Mas foi o artesão – de onde se originou tanto o burguês quanto o proletário – que desempatou a disputa: o capitalismo realmente revolucionário surgiu da esfera produtiva capitaneada por esse artesão, nos burgos. Sob o regime capitalista, em sua fase atual, ocorre o mesmo: burgueses e proletários disputam espaços na sociedade, mas o fazedor de cultura, de ciência e de tecnologia é aquele que aponta frequentemente as saídas. Ainda que não represente o setor majoritário da sociedade hoje. Mas seu peso qualitativo é inegável.

O trabalho material está no imaterial e o imaterial no material. A mercadoria não é um mero objeto e sim uma relação social, resultante da ação do capital nas sociedades contemporâneas. E, a rigor, o que vai importar é a relação que o trabalho humano estabelece com o capital. É isso que o torna produtivo ou não. Em grande parte dos países centrais – e, também, em algumas áreas consideradas emergentes do ponto de vista econômico –, os trabalhadores da ciência (engenheiros, pesquisadores, técnicos), os professores dos mais diversos níveis, os intelectuais e artistas, os artesãos representam um contingente cada vez mais significativo no

conjunto da massa trabalhadora do século XXI. Inversamente, o papel da classe operária tradicional tende a se reduzir, passando, na França, de quase 40% do conjunto dos trabalhadores para algo em torno de 25%, no espaço de apenas três décadas (isto é, do final dos anos 70 do século XX a meados da primeira década do século XXI).

No Brasil, o chamado setor secundário representa apenas 16% do total da população economicamente ativa. A revolução industrial soterrou a escravidão e submeteu a seus fins o campesinato tradicional. A revolução tecno-científica em curso – ao alargar as fronteiras do trabalho em direção a atividades de cunho mais cultural, científico, técnico e artístico – vai tornando obsoleta, desta feita, faixas consideráveis do próprio trabalho operário tradicional. Não é o fim do trabalho – mas a entrada em cena do trabalho criativo em faixas cada vez mais consideráveis da produção, em substituição ao trabalho embrutecedor, às tarefas mais duras e repetitivas. A massa cinzenta é a matéria-prima da sociedade do conhecimento. “Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação efetiva de valor passa a depender menos do tempo ou do montante de trabalho empregue e mais do poder dos agentes postos em ação durante o tempo de trabalho, agentes esses cuja ‘poderosa efetividade’ está, por sua vez, fora de qualquer proporção com o trabalho direto gasto na sua produção, dependendo antes do estado geral das ciências e do progresso da tecnologia, ou seja da aplicação da ciência à produção...” Este trecho foi escrito por Karl Marx, em 1858.

Difícil imaginar uma esquerda contemporânea sem repensar o papel do homem na economia e também uma reforma democrática do Estado. Algo que caminhe no sentido de aproximar governantes e governados. E que aponte para uma situação – como queria Marx – que implique a administração das coisas e não dos homens. Como também não dá para imaginar uma esquerda atual sem estender a democracia ao cotidiano, fundindo formas tradicionais de representação com a adoção de plebiscitos e práticas de poder local (e por isso entendemos poder exercido nos locais de trabalho, estudo, moradia). Mais: não dá para entender uma democracia que não questione a divisão da renda, hoje tão favorável ao capital, em detrimento do trabalho.

O conhecimento é um meio de produção e como ele pertence ao trabalhador abrem-se perspectivas novas para ele. Ainda que o capitalismo tenha sempre integrado o saber às suas práticas produtivas, é também verdade que nunca o fez com tanto vigor como agora. Se, por um lado, é fato que o capital tem uma tendência a suprimir trabalho humano, por outro, é preciso constatar que ocorre uma mudança profunda no próprio caráter do trabalho, com a entrada em cena do trabalhador do conhecimento. Mesmo que continue a produzir um valor superior àquele de sua força de trabalho, a gerar mais-valia, a presença do trabalhador do conhecimento resulta de uma inegável ampliação do campo produtivo. E como o que cria valor é a parte do capital investida na força de trabalho, a renovação atual vem se dando na esteira do conhecimento. Mais, até: esse

novo tipo de trabalhador corresponde a mutações que se processam na base material do capitalismo, notadamente a automação, a qual exige de quem trabalha uma qualificação cada vez maior, enquanto aponta para a base técnica de um mundo sem classes sociais antagônicas. A chamada sociedade do conhecimento – com seus novos sujeitos e suas novas tecnologias avança inegavelmente sobre o terreno do capitalismo tradicional, industrial.

A outra ponta – nunca é demais lembrar – também revela uma realidade para lá de verdadeira: a precariedade do trabalho humano e a concentração do capital conhecem um surto jamais visto na História. Dados da ONU destacaram, há alguns anos, que apenas 358 pessoas na Terra detinham mais recursos do que metade da população mundial. E apenas três indivíduos – isso mesmo: três indivíduos – possuem um capital equivalente ao produto interno bruto anual de 40% dos países. Em setembro de 2008, a ONU revelava mais um dado estarrecedor: um bilhão e 400 milhões de pessoas no mundo viviam com menos de 1,25 dólar por dia! E aumenta também a defasagem entre as nações desenvolvidas e as regiões mantidas à margem, praticamente, das vantagens do desenvolvimento social e econômico. E, muitas vezes, das condições mínimas de sobrevivência: afinal, cerca de um bilhão de pessoas – um sétimo da humanidade, praticamente – sequer possuem água potável para beber.

A desigualdade é a outra face do desenvolvimento – ao menos desse tipo de desenvolvimento. Seja como for, em um

palco em constante movimento, acontece a mudança, também constante, do papel dos atores.

Conforme destacou o pensador palestino Edward Said, o revolucionário italiano Antonio Gramsci foi quem “pela primeira vez, viu os intelectuais, e não as classes sociais, como essenciais para o funcionamento das sociedades modernas...”. Com efeito, Gramsci analisava o papel histórico dos intelectuais, dividindo-os em intelectuais tradicionais – professores, clérigos, administradores em geral – e intelectuais orgânicos – aqueles mais diretamente ligados a interesses de classes, dominantes ou subalternas. Ora, a sociedade do conhecimento é o campo por excelência da atuação desse último tipo de intelectual ou fazedor da cultura – esse o ponto que queremos destacar. Nas indústrias do conhecimento, a que mais cresce nas chamadas sociedades centrais, o papel do intelectual no sentido gramsciano do termo não para de crescer. Ainda em meados dos anos 40, o sociólogo norte-americano Wright Mills percebeu igualmente essa mutação, dedicando-se ao estudo do “aparelho cultural” por enxergar nos intelectuais “uma possível agência de mudanças”.

E talvez fosse o caso de se dizer ainda: o grande denominador é a cultura. Precisamos de algo como um Partido do Conhecimento, que reconheça o papel cada vez mais central exercido pela cultura. Pois é ela que estrutura a vida contemporânea, define as opções e, finalmente, projeta novos atores sobre a cena social, econômica e política.

O velho Antonio Gramsci ensinava que o intelectual sabe, mas não sente. E que o povo sente, mas não sabe. É fundamental começar a romper com essa dicotomia. A própria cultura aponta aqui e ali para isso. Essa, talvez, a maior revolução cultural a ser realizada no decurso do século XXI. Uma cultura fundamentalmente humana. Afinal, a História ensina que o homem se faz homem pela cultura. É por intermédio dela que ele se desgarra da natureza, aventurando-se pelo caminho da criação e da beleza. Pelos caminhos da vida. Doravante, o cultural e o natural são inseparáveis no homem.

Ou seja, o homem é a soma de todas as suas experiências sociais. É aqui que entra a cultura, como fator que agrega sentido às nossas vidas. Entendemos que a cultura não tem como ser reduzida à mera produção de artigos para a venda. Vale dizer, a cultura é, acima de tudo, um posicionamento diante do que aí está. E ela só faz unir, o que é ainda melhor.

É o que muitos desejam: que a cultura corresponda, de fato, e cada vez mais, à identidade do homem. O mínimo que podemos dizer é que essa identidade – ao menos no que toca ao homem brasileiro – está profundamente comprometida. A nossa autoestima encontra-se severamente abalada. Não que tenhamos parado de criar. Há muitos exemplos disso. Mas é impossível negar: há uma inquietação no ar. Estamos perdendo a nossa cordialidade e a cultura do crime que se espalha pela sociedade, parece, por momentos, querer destruir a nossa alma, o nosso patrimônio civilizatório.

Dialeticamente, a vida põe e dispõe. Assim, experiências recentes levadas a cabo em determinadas prefeituras e estados brasileiros, ou implementadas por organizações do chamado terceiro setor e do poder local – apoiadas em rede cada vez maior de cursos voltados para a dança, a música, as artes, a jardinagem e o artesanato em geral, dentro e fora das escolas – demonstram que há luz no fim do túnel. E também revelam esses experimentos que a violência recua – e o faz drasticamente, por sinal – diante da recuperação (e em certos casos até da criação, para lá de desejável) de uma real identidade por parte das pessoas.

Pois identidade é crucial e implica constante criação. Como sabemos, nada é estático na vida. Um povo que não se afirma, que não cultiva o amor-próprio ou abre mão de pensar por sua conta e risco, está fadado a viver novas aventuras autoritárias. A História ensina que tudo que é feito violando o contexto cultural raramente alcança êxito.

Cultura e política atuam na comunidade. Isto é, dividem o mesmo espaço. Ajudam a mudar a vida. Ajudam a mudar de vida. E a vida tem mostrado que a cultura precisa da política para ultrapassar por vezes a erudição acadêmica e o tecnicismo e a política precisa da cultura para não se limitar a ser a arte da manutenção do poder a qualquer preço. Afinal, nada melhor do que a cultura para dar uma razão à nossa existência. A cultura cria. A cultura indaga. A cultura inclui. A cultura afirma seu compromisso com o homem, lutando à sua maneira por uma nova ordem ambiental mundial, pelo fim da opressão das minorias, pelo bom combate sempre.

As sociedades são submetidas a determinadas leis e essas leis são mutáveis. Essa, a única certeza que temos em relação a elas. Assim, questionamos hoje cada vez mais o que comemos e o que vestimos, a maneira como moramos e nos transportamos. São sinais claros de mudança de marco civilizatório, que nada mais é do que a busca por uma forma de se viver em níveis razoáveis de harmonia e bem-estar. Estamos mudando e queremos mudar mais. Nesse processo, não se pode negar que o espaço para o afeto nas relações privadas e/ou familiares contribui para irrigar de tolerância e concórdia a sociedade em seu conjunto. Isso também é mudar.

Atualmente, existe como que um retorno às formas de produção presentes na segunda metade do século XIX até o começo da segunda metade do século seguinte. No sentido de que é possível cumprir determinadas funções de trabalho de modo quase autossuficiente (mas não isolado). Só que o produtor, dono do capital, controla o processo produtivo com um aparato tecnológico infinitamente superior.

As classes – e as lutas entre elas – só poderão ser superadas historicamente por relações de trabalho que deixem de recorrer à exploração do homem pelo homem –, como já o aponta o recurso à robótica. Somente uma nova base material pode sustentar, no topo, relações de produção de outro tipo. Em 1917, na Rússia, durante a primeira grande rebelião proletária, havia as condições políticas para a Revolução – mas não tinham despontado ainda as condições econômicas. O Ocidente era mais avançado em matéria de desenvolvi-

mento econômico – mas não em conteúdo político-revolucionário. É como se a Revolução Russa tivesse colocado a política na frente da economia (ou das forças produtivas) e o Ocidente capitalista fizesse justamente o contrário disso.

Se o desenvolvimento das forças produtivas é muito mais favorável atualmente às mudanças – devido ao nível técnico da produção, ademais altamente socializada –, perdemos não obstante, momentaneamente, as condições políticas. Contudo, a base material para uma nova sociedade – a sociedade da cooperação – já está dada. Ao menos tecnicamente. É um alento. Uma razão para o otimismo.

Vale dizer, o capitalismo só vicejou porque forjou uma base material própria – a unidade fabril. A sociedade da cooperação, ou que outro nome tenha a sociedade comunista do futuro, também precisa forjar a sua, desenvolvendo a automação, tornando desnecessária assim a exploração do trabalho de um homem por outro. As máquinas a serviço do homem e não do capital. E essa é uma grande esperança. E esperanças são símbolos. Mas é preciso buscar a adequação entre os diferentes níveis da realidade. E isso não se faz sem clareza.

Assim, é preciso irrigar de cultura o terreno da política, em ampla mobilização para humanizar o próprio homem.

VI

Se, no século XIX, o movimento anarquista correspondeu a uma forma artesanal da organização do mundo do trabalho, e o próprio movimento comunista, no século XX, à chamada fase da indústria pesada, impõe-se hoje dar nascimento a uma maneira de fazer política que incorpore ou traduza as mudanças que se operam a partir da revolução tecnocientífica. Fundar o agrupamento ou o partido – se aceitamos o termo – da era pós-industrial, quando o homem transfere para a máquina não apenas uma parte da sua capacidade muscular como também funções da sua própria inteligência. Eis o desafio. E enquanto o homem for o único problema teórico para o próprio homem, esse desafio existirá sempre. “Sou eu mesmo o material do meu livro”, já reconhecera Montaigne.

Que cada um de nós escreva sua própria história – esse o núcleo do novo processo civilizatório, o qual bate de frente com a alienação presente nas sociedades contemporâneas, nas quais o êxito social algumas vezes se dá em detrimento da felicidade pessoal e o trabalho de muitos é apropriado por poucos. A autonomia pode ser a palavra-chave no mundo de hoje. Ao se valer de cada um dos seus sentidos, o homem

se humaniza, cria e também se liberta. Sem fazer tábula rasa da biologia, convém salientar que a natureza do homem é também – e fundamental e profundamente – cultural. O homem é sempre a soma de todas as suas experiências sociais. Os homens não se dividem entre nobres selvagens, de um lado, e pessoas naturalmente más, de outro. De forma muito mais complexa, os homens, instintivamente, ora se comportam de maneira mais individualista, ora de modo mais coletivo. Ou seja, o social e o biológico caminham juntos – mas é normal que haja, aqui e ali, alguns desencontros. E nada é mais justo, aos olhos de quem trabalha, do que almejar melhorar a vida ou de vida.

Que o sonho de cada um possa ser medido pelo “amor que move o sol e as demais estrelas” (Dante Alighieri).

A democracia – sem adjetivos de tipo algum – é o novo nome do sonho. E o novo sonho só pode ser herdeiro daquilo que a Humanidade produziu de melhor. Ou seja, de todas as tentativas conscientes de barrar a espoliação humana e dar um sentido às nossas vidas. Da filosofia grega à sensibilidade dos poetas latinos. Do espírito comunitário dos povos ditos primitivos e tradicionais ao espírito de comunhão das diversas religiões. Do Renascimento, sempre atual, uma vez que remete o homem ao próprio homem. Do Iluminismo também. Do marxismo (e suas partes integrantes), que investiga as causas objetivas da exploração do homem. Da psicanálise, que examina as razões subjetivas do sofrimento deste mesmo homem, como já se falou. Do sopro libertário das diversas

descolonizações. Da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento central da contemporaneidade. Da chamada contracultura no Ocidente, apesar da ambiguidade do termo. Da beleza da Arte, pois como disse um pensador “um dos principais motivos da criação artística é certamente a necessidade de nos sentirmos essenciais em relação ao mundo” (Jean-Paul Sartre). Do respeito devido aos idosos, às crianças e a todos os demais indefesos. E também do novo papel social adquirido pela mulher. Dos embates sindicais, operários e camponeses e seus anseios por justiça, igualdade de oportunidades e divisão das riquezas. Do retorno a formas de vida mais próximas de suas fontes naturais (sem esquecer que um processo de mudanças – ainda que não se resuma à ética, é bem verdade – tampouco pode prescindir dela). Da memória e das paixões de todos nós, homens de boa vontade, enfim.

Precisamos de um novo relacionamento entre os seres humanos e as coisas que os cercam – e o novo se alimenta do velho. O passado se infiltra no presente das sociedades como a lembrança se incrusta na vida mental das pessoas. Pois a vida cessa quando cessam a continuidade e a memória.

A teoria inseparável da ação. Teorias não podem tudo. Conforme disse o pintor português Almada Negreiros: “Quando eu nasci, já estavam escritas todas as teorias para salvar a Humanidade. Faltava só salvar a Humanidade”.

A questão passa então por detectar quais as novas forças emergentes e de que meios elas dispõem para implementar as mudanças.

O desafio hoje implica, justamente, reunir todas essas lutas reformadoras; dar-lhes um espaço ou um denominador comum. Ou seja, montar uma nova formação política, até como maneira de se romper com a fragmentação presente nas práticas sociais atuais. Uma nova formação, no conteúdo e na forma. Que incorpore as novas tecnologias, como elemento de consulta e participação, a exemplo das possibilidades abertas pelas redes e conexões virtuais estabelecidas pela internet e meios correlatos de comunicação, expressão e também de atuação. A reunião entre indivíduos tende, com efeito, a se revestir cada vez mais de comportamentos novos. Os lugares de convivência estão mudando, deslocando-se por vezes das passeatas, dos comícios ou até mesmo dos anfiteatros e dos cafés para as redes. Mas mesmo assim não deixam de ser lugares. Essas redes, que podem se transformar em uma espécie de novo organizador coletivo, como outrora o jornal revolucionário, não se contrapõem à política – antes a revigoram; pois não existe sociedade sem política. É possível fazer convergir as antigas formas de encontro com as novas. Aí estão as mudanças no Oriente Médio, como exemplos disso. E é preciso ainda criar mecanismos que viabilizem a presença da sociedade nos órgãos influentes da nova formação, independentemente até mesmo de filiação partidária ou não. Enquanto entidade privada, a nova formação tem que ser um instrumento da sociedade junto ao Esta-

do e não o contrário. A sociedade é sempre determinante. Na realidade, nunca é demais insistir que ela é a grande geradora de cultura, tecnologia e informação.

Fortalecendo cada vez mais a sociedade civil, forçosamente plural, a nova formação política trabalhará para enfraquecer aos poucos o Estado, a ponto de torná-lo socialmente desnecessário e obsoleto. Ela fará a ligação ou intermediação entre o Estado e a sociedade organizada. Ela poderá se apresentar como a agremiação da sociedade do conhecimento, com os criadores de cultura, ciência e informação como atores sociais imprescindíveis. Ser a agremiação, em suma, da luta pelo fim de toda e qualquer subordinação: da maioria pela minoria; da sociedade civil pelo Estado; de quem trabalha por quem não trabalha; da mulher pelo homem; de uma pessoa por outra, enfim.

Daí a necessária centralidade da cultura e também dos movimentos, como forma de alterar comportamentos e combater preconceitos. Em relação à mulher, por exemplo. Como sabemos, ela é a metade da Humanidade. Mais do que isso, ela é mãe do homem. A mulher acolhe, dá abrigo ao homem. Ela é a guardiã da vida: o útero foi a primeira casa do homem. Durante muito tempo, a mulher foi de fato o proletário do homem. E talvez ainda o seja em determinados pontos do planeta. “A mulher é o primeiro ser humano que teve de sofrer com a escravidão” (Bebel). Nem toda situação de opressão emana do trabalho diretamente produtivo.

Nos célebres *Ensaíos*, o filósofo francês Montaigne lembra uma história fabulosa envolvendo a coragem feminina, a qual merece ser contada sempre. O imperador Conrado III, ao cercar o Duque da Baviera, concordou em permitir que as mulheres deixassem o seu reduto, com a “condição de saírem a pé e levando apenas, com elas, o que pudessem carregar”. E empenhou sua palavra nisso. E as mulheres não titubearam: puseram às costas os filhos, os maridos e o próprio Duque, furando assim o cerco. Isso se deu no século XII.

As razões que conduziram à dominação do homem sobre a mulher remontam aos primórdios da Humanidade, quando a força física – e o homem era mais forte fisicamente do que a mulher – fazia as vezes de mola-mestra da sobrevivência (é preciso ver que estamos nos referindo a um período anterior à civilização moderna, o qual transcorria sob a égide dos instintos e, mesmo, da agressão). Hoje, até na esfera da produção material mais sofisticada, essa força cedeu lugar ao intelecto e à criatividade. Mais um motivo para que esse predomínio perdesse completamente o sentido. Se é de fato verdade que estamos longe da visão grega de uma mulher reduzida à sua função procriadora, não é menos verdade também que, se tomarmos como parâmetro o poder institucional, teremos de reconhecer que, mesmo em um país como a França dos primórdios do século XXI, a mulher representa apenas cerca de 12% da composição do Congresso Nacional.

Decididamente, o poder ainda é um grande diferencial entre os chamados gêneros. “Não há História fora da mulher

amada...”, vaticinou um escritor do século XVIII, Jules Barbey d’Aurevilly, destacando o papel da mulher na trajetória humana – feita também de subjetividades. Pois sentimentos como o amor e a amizade – assim como atitudes solidárias e desprendidas – tornam mais prazerosas nossas existências. Não há sociedade que se sustente sem isso e sem a mulher no centro da vida. Ela foi fundamental na formação da produção (passagem da coleta para a agricultura) e que continua sendo decisiva na reprodução do homem. O antropólogo Claude Lévi-Strauss disse, certa vez, que o que realmente importava para nós era assimilar como os produtores se reproduziam. Tanto quanto os instrumentos de trabalho, o sexo é ordenador da nossa vida em sociedade, da nossa humana condição. E para isso não precisamos, a rigor, recorrer à vida nas chamadas sociedades primitivas – basta olhar o mundo à nossa volta.

Se o feminismo é um humanismo, ele tem de fazer dos homens aliados das mulheres. Pois bem. Mas homens e mulheres vivem forçosamente uma igualdade... diferente. Vale dizer, iguais nos direitos, diferentes na forma de se situar no mundo. De sentir este mundo.

O legítimo direito à diferença não pode se dar, contudo, em detrimento da universalidade dos conhecimentos e das práticas humanas. Vale dizer, reconhecer as diferenças sem deixar de ressaltar as semelhanças. Pois não há gênero fora da História, sem pertencimento a uma classe ou categoria social, por exemplo.

Se os direitos sociais não têm sexo, o corpo e a sensibilidade sim. Na verdade, o combate é duplo: tem desdobramentos públicos, mas também privados, como a necessária ampliação dos direitos femininos na própria esfera doméstica. A democracia dentro de casa renova a democracia fora dela. Já ensinava um pensador: “o essencial para a nossa felicidade é a nossa condição íntima: e dessa somos nós os amos” (Epicuro). Ou seja, a necessidade de se ter consciência do desejo e também o desejo de se ter consciência. A razão e o sonho, irmanados. A libertação social não pode prescindir dos nossos anseios e expectativas, os quais se alojam no mais profundo da nossa alma.

Desponta em boa parte dos países do mundo uma nova compreensão acerca das conexões entre movimentos sociais e esfera política, uma vez que as práticas de poder atravessam o conjunto das relações sociais e humanas. Se os movimentos sociais alteram as formas comportamentais – como as relações entre os grupos étnicos e as relações homem-mulher, por exemplo –, essas mesmas formas estão igualmente presentes no aparelho de Estado, como peças, portanto, de poder.

O mesmo podemos dizer no tocante às nossas relações com o meio circundante – desconhece as fronteiras, essa violação da geografia pela história. Na esteira do comércio e da produção em escala mundial, após as conquistas coloniais, as plantas domesticadas unificaram os continentes. O mesmo ocorre com os processos de extração de ferro e

petróleo. Hoje, ventos, maremotos, aquecimentos de todo tipo revelam cada vez mais que a natureza desdenha as barreiras impostas pelas nações. E que, sobretudo, a reprodução ampliada do capital tem pela frente um novo inimigo: o meio natural, justamente, cujos recursos são para lá de finitos. E isso sensibiliza as pessoas, faz com que elas se organizem e protestem. Evidentemente, o modo de produção capitalista não detém o monopólio dos danos ambientais – mas sua capacidade de sugar a terra e tudo que se mexe sob ou sobre ela é espantosa.

Ciência da vida – uma vez que estuda as relações que os seres vivos estabelecem entre si e com o meio circundante –, a ecologia é um caso interessante de conhecimento científico que se transformou em ação política, com alguns de seus conceitos invadindo nosso cotidiano e nossa vida prática. Espécie de sociologia da natureza, a ecologia revela aos homens que também as plantas e os animais vivem em comunidades e que nenhum organismo consegue sobreviver de forma isolada e que essa sobrevivência só se torna possível quando ocorre um equilíbrio entre as diferentes ações desencadeadas por esses seres vivos. União, harmonia e conservação: essas as chaves para a manutenção da vida natural.

“Sabemos o que fazem os animais, quais as necessidades do castor, do urso, salmão e de outras criaturas, porque antigamente os homens se casavam com eles e adquiriram esse saber de suas esposas animais...” Essa impressionante passagem de um mito revelada pelo antropólogo Claude

Lévi-Strauss em seu livro *O pensamento selvagem* nos faz refletir sobre uma época em que não havia um corte entre o mundo natural e o mundo social. Esse corte se deu pela cultura, essa outra natureza do homem... Mas daí a haver a ruptura que temos hoje, a distância é muito grande. Pois o homem tampouco pode se desvencilhar de sua segunda natureza – aquela do homem natural. O homem é a natureza pensando. A natureza pode e deve suprir nossas necessidades sem que isso implique que o homem a transforme em uma simples fonte de rendimento, uma espécie de armazém de matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento da indústria. Não se trata de combater o consumo – pois não existe sociedade que deixe de consumir e, além do mais, um dos maiores dramas da Humanidade é que faixas consideráveis da sua população sequer têm acesso a bens básicos. Nem consumismo nem penúria, então. O que está em jogo, isso sim, é a compreensão de que é preciso mudar as formas de se produzir em sociedade.

A passagem da natureza de condição de ventre do homem àquela de máquina desse mesmo homem está custando muito mais caro do que podemos imaginar.

Assim como nada existe fora da História – ou de um tempo –, nada existe fora da terra – ou de um espaço. Mas a natureza não toma o poder... (ainda que possa se “rebelar”), cabendo aos homens conscientes reordenar suas relações com ela.

Concentração de chumbo nas plantas (captadoras de energia solar), poluição do ar e das águas, uso de inseticidas: como conciliar progresso e vida saudável? Os elementos básicos da biosfera – ou seja, a água, o ar e o solo – estão sendo degradados de forma assustadoramente rápida ou até irreversíveis. Esse não é o menor dos nossos dramas.

Essa constatação leva a outra: a de que o capitalismo está prestes a se tornar um modo de depredação, de tal forma vem colocando a busca desenfreada pelo lucro acima dos compromissos com a produção propriamente dita. Isso acontece particularmente com o chamado capital financeiro, volátil. Daí a presença ou mesmo o alastramento de uma espécie de burguesia do crime no mundo, direcionando seus capitais para atividades e práticas ilícitas. Com isso, desenvolve-se também uma ideologia da destruição, um tipo de anti-humanismo total. Refúgios tradicionais do humanismo, como a arte, já sofrem tremendamente com isso, arrastadas que são pelas ondas da violência, para as “águas geladas do cálculo egoísta”. Ao defender a “necessidade da arte”, o pensador e revolucionário austríaco Ernst Fischer reconhecia seu papel como força complementar à vida e fator de desalienação do ser humano. Sua força pedagógica, em síntese.

Vale dizer, a tarefa do nosso tempo implica encontrar soluções para esses impasses. Sem esquecer que os problemas criados pela intervenção tecnológica serão resolvidos pela própria tecnologia – e não por um retorno a um passado

natural mítico. E tecnologia nada mais é do que criação, intervenção cultural do homem.

Prossigamos. Durante muito tempo, no denominado campo progressista, a questão social foi reduzida ao conflito capital *versus* trabalho. Mas é preciso lembrar que há conflitos – e, mesmo, situações de exploração e de estranhamento – anteriores ao pleno estabelecimento do modo de produção capitalista. Que saem do fundo da História. A questão racial se insere nisso daí, assim como a própria problemática sexual e aquela dos que têm deficiência física ou orgânica. É preciso abordá-las como parte da luta – e não como luta à parte. Reconhecer o específico não implica desconhecer o geral.

Não há área de injustiça separada das demais e a ausência de universalização conduz, forçosamente, a uma política de privilégios e exclusões. Daí a importância de não se perder de vista a noção de “totalidade, a penetrante supremacia do todo sobre as partes” (Lukács). O todo não é a parte e a parte não é o todo – mas tudo isso é inseparável.

Trata-se assim de resolver o problema particular pelo geral e vice-versa. Exemplifica essa conjugação a formação de núcleos étnicos nos partidos políticos e outras entidades de representação popular. Só se combate o racismo e os preconceitos em geral com educação e também reforçando o convívio entre as pessoas e os próprios povos. Durante muito tempo recorreu-se à biologia e à noção de raça na tentativa de justificar a submissão de um povo a outro, em descarada

manipulação. Tal atitude nada tem a ver com a ciência e, sim, com a expansão e a dominação econômicas.

Integrar o cotidiano e as questões relativas ao modo de vida à política é parte também do novo sonho. Conforme indicou o sociólogo francês Alain Touraine, os conflitos, na sociedade do conhecimento, ao invés de acabarem, antes generalizam-se. Com isso, as lutas se alimentam mutuamente.

Somos todos psiquicamente iguais. A nossa maior obra é a nossa própria vida. O principal direito é o direito a si mesmo. À sua identidade. A sociedade que queremos não se compõe de maiorias nem de minorias. O que une as pessoas é muito mais expressivo do que as desune.

Opor ao estado de coisas atual uma resistência firme e serena, de pequenos, porém, decisivos passos. Uma resistência que talvez não seja lá muito heroica ou espetacular – mas que pode se revelar eficiente, radical e profunda. Ademais, as mudanças lentas e graduais são muito mais frequentes e estão muito mais presentes sobre a cena histórica do que as mudanças abruptas, conforme costuma lembrar o revolucionário brasileiro Armênio Guedes – para quem o conceito de esquerda, por exemplo, não é nem um pouco fixo, variando historicamente como qualquer outro. E são essas mudanças e esses conceitos frutos de consensos e negociações de longo prazo. Não se impõe nada a ninguém – nem mesmo a liberdade.

“E, no entanto, se move” (Galileu Galilei). Suavidade nos métodos e radicalidade nos objetivos. Espírito crítico e ação rebelde sempre – com a cultura, em sentido amplo, no centro de tudo.

VII

Esquemáticamente, eis o que foi possível apurar em nossos apontamentos, que visam apenas mapear a atuação do PCB-PPS na área da realização cultural, sempre ressaltando que os comunistas e socialistas não foram os únicos a produzir cultura no Brasil, nos últimos 90 anos:

1922-1927

O PCB – nunca é demais lembrar – foi fundado no mês seguinte à Semana de Arte Moderna. Alguns modernistas se aproximariam ou mesmo adeririam ao Partido, como a pintora Tarsila do Amaral e o pintor Di Cavalcanti – o idealizador da Semana –, e os escritores Oswald de Andrade e Pagu, um pouco mais adiante. Fora isso, o PCB tem na sua secretaria geral um intelectual autodidata que se destacaria logo como especialista da obra do escritor Machado de Assis: o gráfico, linotipista e jornalista Astrojildo Pereira. Alguém que ousaria escrever, de Moscou, em 1925, que “a democracia, ainda que burguesa, é vista como um bem pelas massas...”.

Fervoroso defensor da Revolução Russa de 1917, o escritor Lima Barreto, prematuramente falecido em 1923, é um dos intelectuais que simpatizam, então, com as posições políticas dos comunistas brasileiros. O jornalista Domingos Ribeiro Filho, grande amigo pessoal de Astrojildo Pereira, foi outro. E o mesmo diríamos de Everardo Dias, que adere ao Partido em 1923, tendo amargado inúmeras prisões.

Como parte de seu esforço para entender a realidade brasileira, o Partido Comunista lança algumas publicações, como *Movimento Comunista* (1922) e *A Classe Operária* (1925).

Em 1923, Otávio Brandão, intelectual comunista alagoano, também autodidata, publica a obra *Agrarismo x Industrialismo*, primeiro ensaio a reivindicar a necessidade de uma reforma agrária no Brasil, afirmando o caráter feudal da colonização do país. Enquanto expressão de um processo – lento, mas inexorável – de industrialização em marcha no país, o PCB passa a ter nos setores mais politizados das camadas médias urbanas, potencialmente ao menos, um poderoso aliado. Já era uma clara demonstração da complexidade da estrutura de classes do país, àquela época.

1927-1930

Período marcado pela formação do Bloco Operário, posteriormente Bloco Operário e Camponês (BOC), a primeira frente única eleitoral do PCB. Entre outras reivindicações de caráter político e social, o BOC luta pela criação de bibliotecas

públicas no país. Nessa fase, o PCB se aproxima um pouco mais das camadas médias, representadas de certa forma pelo capitão insurreto Luiz Carlos Prestes e outros membros militares da chamada Coluna Invicta. Tanto que, em 1929, é criado o setor militar do Partido, com a adesão de Almir Neves, Agliberto Vieira de Azevedo e outros membros das Forças Armadas. Esse setor, evidentemente, opera na mais estrita clandestinidade. Com o tempo, vira uma espécie de Partido dentro do Partido.

Carlos Marighella, então estudante de Engenharia na Bahia, adere ao PCB por essa época (1929, exatamente). Leôncio Bausbaum é outro importante quadro intelectual formado pelo Partido nos anos que antecedem à chamada Revolução de 30. Foi o fundador da Juventude Comunista, em 1925, e futuro autor de obras de peso, como *História sincera da República*. Nessa fase ainda, cumpriu importante papel o jornal *A Nação*, que não era o porta-voz oficial do Partido, dirigido pelo professor Leônidas Resende, que o colocou à disposição dos comunistas.

1930-1933

O triunfo das teses obreiristas, isto é, sectárias, pautadas apenas pela inserção no mundo proletário, afasta do PCB os setores médios da sociedade. Intelectuais e formuladores políticos como Astrojildo Pereira (gráfico e jornalista, como já mencionado), Cristiano Cordeiro (funcionário público) e Heitor Ferreira Lima (alfaiate) são alijados do Partido. Eles se reinte-

grariam somente muitos anos depois. Outros – como Alberto Passos Guimarães, que aderira à organização em 1931 – lo-gram permanecer no PCB. Outros nele ingressam precisa-mente nessa época, como o então estudante Joaquim Câ-mara Ferreira. Ainda nesse período, o Partido afasta de suas fileiras militantes intelectuais e artistas que posteriormente se identificariam plenamente com o movimento trotskista, entre os quais poderíamos citar o crítico Mário Pedrosa, a escritora Rachel de Queiroz e o gravurista Lívio Abramo. Esses afasta-mentos todos certamente dificultam a plena compreensão, pelo PCB, da nova realidade formada a partir dos episódios de outubro de 1930. Vale dizer, o Partido perde a capacidade de intervir na nova realidade formada pela chegada de Getúlio Vargas ao poder. E o fato concreto é que o PCB se isolaria tremendamente nessa fase, apresentando, talvez pela primei-ra vez, um rosto político sectário.

1933-1935

A ascensão do nazifascismo faz com que o PCB adote uma política de alianças mais efetiva, materializada na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Nessa quadra da vida política nacional, figuras de certa forma representativas do mundo da cultura como o historiador Caio Prado Júnior, o jornalista Aparício Torelly (o Barão de Itararé), que se elegeu vereador para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em janeiro de 1947, e os médicos Valério Konder, Isnard Teixeira, Adão Pereira Nunes e Manoel Venâncio Campos da Paz se aproximam do Partido.

Jovem estudante à época, o maranhense Ignácio Rangel se engaja no PCB e no movimento aliancista, sendo preso em seguida. Os então estudantes Carlos Lacerda e William Moreira Lima também passam a simpatizar com as propostas do Partido. Há indícios de que o compositor Noel Rosa simpatizaria com as teses do PCB, recebendo publicações do Partido, como o jornal *A Classe Operária*, pelas mãos de um dentista comunista do bairro carioca de Vila Isabel. Um primo seu, em suas memórias, fala dessas simpatias de Noel. Em Belo Horizonte, há notícias da formação de um centro cultural, inspirado pelos comunistas, já em 1934. Neste ano, no Paraná, o médico comunista Otávio da Silveira elege-se deputado federal. O documento da Conferência Nacional do PCB, em julho de 1934, afirma que “estribando-se no conceito escravocrata de raças ‘superiores’ e raças ‘inferiores’, as camarilhas dominantes aproveitam-no para explorar, perseguir e maltratar mais ainda negros e índios no Brasil”. No mesmo ano, no livro *A caminho da revolução*, Leôncio Basbaum, dirigente do PCB de origem judaica, escreveu que “somente a hipocrisia das classes dominantes e seus lacaios pode negar a existência do problema negro do Brasil (...) De tal modo se acha arraigado esse preconceito que atingiu mesmo as classes trabalhadoras, no meio das quais não deveria existir, pois nas fábricas e no campo o branco trabalha igual ao negro”. Para Basbaum, a questão negra se revestia de grande especificidade, uma vez que não poderia ser combatida, por exemplo, “com um decreto, nem mesmo que este seja do governo soviético do Brasil”. O PCB foi, provavelmente, o primeiro partido político brasileiro

a se pronunciar com tanta objetividade sobre a questão dos afrodescendentes. Em tempo: Caio Prado Júnior seria, por sinal, o redator do programa da ANL, com menos de 30 anos de idade. Fora isso, a ANL apoia, com firmeza, a organização das mulheres. Jovens intelectuais como a psiquiatra Nise da Silveira, Beatriz Riff e Maria Werneck são detidas após o levante de novembro de 1935. Elas ficariam presas na mesma cela de Olga Benário Prestes, posteriormente deportada por Getúlio Vargas para a Alemanha nazista. Incentivada pelo PCB, a ANL talvez tivesse se configurado no primeiro partido político de massas da História do Brasil, conforme salientou o sempre lúcido e veterano revolucionário Severino Teodoro de Mello.

1935-1942

O envolvimento do PCB com o levante armado da Aliança Nacional Libertadora, de novembro de 1935, contribui para isolar e muito o Partido das massas. Uma grande repressão se abateria, então, sobre os comunistas. Intelectuais, escritores e artistas como Graciliano Ramos, Emílio Carrera Guerra, Ivan Pedro de Martins, Mário Lago e Dionélio Machado são presos. O estado da Bahia foi, por esse período, um dos únicos a preservar intactos os contatos com a intelectualidade progressista, por intermédio da revista *Seiva*, fundada em 1938 e dirigida por João Falcão, então um jovem comunista. Outro jovem revolucionário à época, Armênio Guedes, egresso da Faculdade de Direito de Salvador, também participa ativamente da publicação, assim como Jorge Amado, Edison

Carneiro, Walter da Silveira, Jacob Gorender e Dias da Costa (este último irmão do futuro dramaturgo Dias Gomes). E o mesmo podemos dizer de Eduardo Maffei, paulista, Paulo Cavalcante, pernambucano, Ledo Ivo, alagoano, Rubem Braga, capixaba, Joel Silveira, sergipano, Carlos Drummond de Andrade, mineiro – todos muito jovens à época. A relativa liberdade de expressão existente na Bahia se explica pelo fato de a rebelião aliancista não ter atingido o estado, a repressão se concentrando no Rio de Janeiro, Recife e Natal, praticamente. Isto é, áreas onde ocorreram embates armados.

Com as mudanças ocorridas no cenário externo – o Brasil começa a se unir contra as forças do Eixo –, os comunistas voltam a se inserir com muita cautela nas lutas nacionais. Os estudantes, em particular, conseguem se manifestar pela retomada das liberdades democráticas, incluindo aí a liberdade de expressão cultural. Nascia, praticamente, a União Nacional dos Estudantes (UNE), na qual comunistas como o futuro médico fluminense Irun Sant’Anna e o futuro engenheiro baiano Fernando dos Reis Sant’Anna (que foi presidente de honra do PPS, até sua morte, no dia 1º de março de 2012) marcavam forte presença.

1942-1947

O PCB vai ganhando prestígio junto às forças da cultura, no bojo da luta antifascista e pela anistia política. Naturalmente, a resistência que a União Soviética impõe às forças nazistas também influencia a intelectualidade. Oscar Niemeyer, por

exemplo, se aproxima do Partido já em 1942, assim como Marcos Jaimovitch, seu principal contato com o PCB. O poeta Manoel de Barros adere à Juventude Comunista, ainda que dela se afastasse pouco tempo depois, desiludido com o que considerava apoio de Luiz Carlos Prestes a Getúlio Vargas. Mas, até hoje apoia candidatos do PPS no Mato Grosso do Sul. Por essa mesma fase, Jorge Amado escreve boa parte do livro *Cavaleiro da Esperança*, na casa de Ernesto Sábato, nos arredores de Buenos Aires. Trata-se de um relato romanceado da vida de Prestes, então na prisão. O livro é lançado em 1944 e causaria grande impacto. Por essa mesma fase, Astrojildo Pereira é o principal articulador da União dos Trabalhadores Intelectuais, de firme oposição à ditadura do Estado Novo. E Astrojildo dá publicidade ao texto Tarefas da inteligência brasileira. Homem de partido, mas consciente das tensões que existem entre cultura e política, dá ênfase às tarefas específicas da intelectualidade. Tudo leva a crer que ele percebeu que o intelectual, mesmo quando engajado partidariamente, segue sendo um intelectual e que seu engajamento não deve sufocar o que há de específico em sua atuação social. Pois fora por intermédio dessa especificidade que essa intelectualidade se aproximara bem ou mal do Partido e também seria por ela que permaneceria atrelada aos órgãos partidários. No Partido, o objetivo era fazer com que sua criatividade se expandisse ainda mais.

Rompendo cada vez mais com o seu isolamento, o PCB marca forte presença no I Congresso Nacional dos Escritores, presidido pelo comunista Aníbal Machado. Há comunistas

entre os redatores da resolução do Congresso, a começar por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. Os congressistas exigem uma ampla campanha de alfabetização no Brasil. Surgem ou ressurgem a União Nacional de Estudantes (UNE) e a Associação Brasileira de Escritores, entidades apoiadas pelos comunistas. Astrojildo Pereira é, inegavelmente, uma das grandes referências da intelectualidade nacional, nesse período.

Muitos representantes da área cultural filiam-se oficialmente ao PCB na redemocratização de 1945, quando o prestígio da União Soviética se encontra no auge. Cândido Portinari lança-se, até, candidato ao Senado pelo Partido, perdendo por ínfima margem de votos, em pleito muito questionado. Mas um nome da estatura de Jorge Amado é eleito deputado federal. Mário Schemberg (que aderira ao Partido já na década de 30), Graciliano Ramos, Arnaldo Estrela, Quirino Campofiorito, Oduvaldo Viana, Elias Chaves Neto, Mário Gruber, Vasco Prado, Guerra Peixe, Aníbal Machado, Bruno Giorgi, Antonieta Campos da Paz, Abelardo da Hora, José Pancetti, Wanda Sidou, Eugênia e Álvaro Moreyra, Moisés Vinhas, Rui Santos, Dalcídio Jurandir, Orígenes Lessa, Darcy Ribeiro, Dionélio Machado, Pedro Mota Lima, Paulo Motta Lima, Procópio Ferreira, Mário Lago, João Saldanha, Aline Paim, Justino Martins, Ana Montenegro, Marco Antônio Coelho e Nelson Pereira dos Santos (os dois últimos jovens estudantes ainda) e outros nomes expressivos (ou que se tornariam expressivos) da cultura nacional assumem oficialmente sua condição de comunistas. Agora podem fazê-lo plenamente.

O poeta Carlos Drummond de Andrade, que entrevistara Prestes ainda na cadeia, chega a dirigir um jornal do Partido no Rio de Janeiro, o mesmo ocorrendo com Jorge Amado, em São Paulo. Aliás, fiel ao preceito leninista de que o jornal ajudava a organizar as massas populares, o PCB monta uma verdadeira escola jornalística no país, da *Tribuna Popular* do Rio de Janeiro, ao *Hoje*, de São Paulo; de *O Momento*, em Salvador, à *Tribuna Gaúcha*, de Porto Alegre; da *Folha do Povo*, do Recife, ao *Jornal do Povo*, em João Pessoa; de *O Democrata*, em Fortaleza, ao *O Estado*, em Goiânia; da *Tribuna do Povo*, em Curitiba, à *Folha Capixaba*, em Vitória do Espírito Santo. Heloísa Ramos, militante das mais atuantes, esposa de Graciliano Ramos, trabalhava no jornal *Momento Feminino*, dirigido pela jornalista Arcelina Mochel. No ano de 1946, circula a revista quinzenal *Divulgação Marxista*. No Rio Grande do Sul, circula *Libertação*, até 1946. Em algumas capitais, o PCB organiza os chamados Comitês Culturais, para apoiar as atividades artísticas progressistas. O Partido tem, então, uma concepção dos fatos culturais mais calcada no realismo socialista, em uma visão demasiadamente curta dos fatos culturais, visão esta diretamente influenciada pela experiência stalinista, diga-se de passagem. Mas esse quadro se confrontaria em breve com a realidade, sempre plural e dinâmica.

No Rio de Janeiro, reduto do samba, compositores populares como Paulo da Portela, Ataulfo Alves e Silas de Oliveira mantêm ligações com o PCB. A própria União Geral das Es-

colas de Samba (Uges) era muito próxima do PCB, a ponto de ser chamada também de União Geral das Escolas Soviéticas, segundo constatou o crítico e jornalista Sérgio Cabral. O hino da campanha de Luiz Carlos Prestes ao Senado foi composto por ninguém menos do que o simpatizante Dorival Caymmi com letra de Jorge Amado. Os compositores Paulo da Portela e Monarco criaram, também à época, a música Prestes, Cavaleiro da Esperança. Um nome respeitado como Monteiro Lobato fazia campanha para Luiz Carlos Prestes, votando nos candidatos comunistas e publicando o folheto *Zé do Brasil*, que põe em cena um camponês e o próprio Prestes. A área musical contribuiria ainda com a dupla de cantores Jararaca e Ratinho, o primeiro nascido em Alagoas e o segundo na Paraíba, e a jornalista e crítica Eneida de Moraes, oriunda do Pará. Ela foi a primeira brasileira a traduzir artigos e ensaios de Marx e Engels sobre cultura, enfeixados em livro na França, e publicados, em 1945, pela Editorial Calvino, do PCB.

Além disso, a Editorial Vitória cumpre importante função ao divulgar os clássicos do marxismo no Brasil, assim como parte da boa literatura internacional, na coleção *Romances do Povo*, dirigida por Jorge Amado, contribuindo assim para modernizar o conhecimento entre nós. Astrojildo Pereira é um dos responsáveis pela linha editorial. Em São Paulo, a editora Argumento tem uma atuação semelhante. A ação do PCB lançando obras de qualidade, pautava-se pela necessidade de transmitir às novas gerações – que acabavam de sair de uma longa ditadura – o legado das gerações anteriores. Afinal,

como apontaram Marx e Engels, a burguesia, em sua busca desenfreada por lucros, colocava tudo abaixo. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, garantiam no Manifesto. E nunca é demais recordar a importância que os livros adquirem na conscientização dos simpatizantes e militantes comunistas. Em 1946, Jorge Amado e Pedro Pomar lançam a obra *O Partido Comunista e a liberdade de criação*, uma coletânea de discursos e textos dos dois deputados comunistas. E o PCB consegue montar ainda uma produtora de cinema, a Liberdade Filmes, bem modesta, é verdade. Mais, até: Alinor Azevedo, um dos criadores da importante produtora de filmes Atlântida, era membro do PCB. Atraídos pela resistência heroica da União Soviética ao chamado eixo nazifascista, muitos intelectuais e artistas de origem ou formação judaica aderem então ao Partido Comunista. Entre eles poderíamos alinhar o artista plástico Carlos Scliar, que participara da Segunda Guerra Mundial na campanha da Itália. Mesmo atletas como Leônidas da Silva, o Diamante Negro, aderem ao PCB (da mesma forma que o craque Didi, mais tarde). O pugilista Waldemar Zumbano, tio do futuro campeão mundial Éder Jofre, ingressaria igualmente no Partido, onde militaria por décadas a fio. Dir-se-ia que esses foram os primeiros anos dourados do PCB.

1947-1954

A ida do PCB para a ilegalidade e as próprias posições extremadas adotadas então pelo Partido (sobretudo após o Manifesto de Agosto, que propõe a luta armada) contribuem para

afastar os comunistas do movimento de massas em geral e dos setores culturais, em particular. Trata-se de um dos períodos mais difíceis do ponto de vista da relação do PCB com os criadores culturais. Daí ser, nessa fase, que intelectuais da importância de Paulo Mercadante, por exemplo, deixam o Partido. Para acentuar ainda mais as contradições do momento político, o PCB mantém boa parte de sua imprensa na legalidade, o que contribui para divulgar suas ideias, inclusive aquelas mais voltadas para a atividade intelectual ou artística. Mais: os jornais do PCB têm então boa penetração popular, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Ceará. São relativamente bem aceitas as revistas teóricas e culturais, como *Fundamentos* (dirigida por Elias Chaves Neto), *Literatura* (com Manuel Bandeira e Arthur Ramos no conselho editorial) e *Horizonte* (editada na capital gaúcha). Escritores como José Lins do Rego e Álvaro Moreyra trabalham em órgãos orientados pelo Partido. Também é dessa fase a esquecida revista *Leitura*, editada no Rio (1942-1968) e dirigida pelo pernambucano José de Barboza Mello, chamada de linha auxiliar dos comunistas. O conhecido intelectual Alvaro Lins (que fora integralista e militante da juventude católica em Pernambuco) incorporou-se às fileiras do PCB, nesse período, chegando, inclusive, a chefiar a delegação brasileira que foi ao Congresso Mundial da Paz, em Moscou, indicado pelo Comitê Central, ante a impossibilidade da ida de Ênio Silveira e Nelson Werneck Sodré. Um dos principais jornalistas partidários dessa fase é Raul Azêdo. Juntamente com Ivan Alves, ele ingressara na imprensa parti-

dária ainda na condição de gráfico. O Partido se faz presente também na área musical e pertence ao PCB a compositora de concerto Eunice Catunda, que organiza corais populares, sobretudo em São Paulo, atraindo muitos jovens.

Outra atividade importante dos comunistas, nesse momento, é a criação de cineclubes em várias partes do Brasil, notadamente em Salvador, com Walter da Silveira à frente. Nas artes plásticas, fato notável foi a participação dos comunistas na organização, em 1951, da I Bienal de Artes Plásticas do Brasil, realizada em São Paulo, pelo comunista Luiz Saia, seu primeiro presidente. Clubes de gravura proliferaram, ainda, em vários pontos do país, como no Rio Grande do Sul, sobretudo.

E convém destacar ainda, nessa fase, como fato extremamente significativo, a atuação dos militantes intelectuais negros do PCB na organização do Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950. É o caso, por exemplo, do antropólogo Edison Carneiro e do poeta Solano Trindade. Aqui, interessa recordar que, em 1930, o Partido lançara um negro como candidato à Presidência da República, o operário marmorista Minervino de Oliveira, o primeiro vereador – naquela época se dizia intendente – negro da então capital da República, o Rio de Janeiro. E que, em 1945, o Partido elegeria o primeiro negro da Constituinte, Claudino José da Silva, ferroviário que ingressara no PCB ainda em 1928.

A campanha do Petróleo é Nosso – um dos movimentos de massa mais densos da história do país em todos os

tempos – atrairia para as fileiras do PCB muitos intelectuais, jornalistas e artistas, ajudando a romper, sem dúvida, o isolamento em que o Partido se confinara, sobretudo após 1948. Uma curiosidade: é por essa fase, mais exatamente em 1949, que um jovem intelectual se aproximaria do PCB. Seu nome Fernando Henrique Cardoso, um homem que deixaria marcas profundas na vida do país, nas décadas seguintes.

Mas esse período, grosso modo, é marcado pelas posições sectárias assumidas pelo Partido Comunista, que avalia o segundo Governo Vargas – equivocadamente, como se veria mais tarde, no bojo dos dramáticos acontecimentos que conduziriam ao suicídio do presidente da República – como reacionário. Essa postura radical acaba contaminando igualmente a própria esfera cultural do Partido, que assume um viés muitas vezes excludente, sobretudo em relação àqueles intelectuais e artistas que manifestavam alguma divergência com o marxismo ou a versão oficial que o PCB tinha dele. Os dirigentes comunistas da época pareciam desconhecer aquela assertiva de Friedrich Engels, formulada em 1888: “Quanto mais dissimulados estejam os pontos de vista, melhor para a obra artística”.

E é a época, também, em que o PCB cria uma espécie de escola de quadros, o famoso Curso Stalin. Dirigidos por Marco Antonio Coelho, que integra o PCB desde o início da década de 40, esses cursos contribuirão, apesar de suas limitações, para formar centenas de militantes, familiarizando-os com a filosofia, a literatura e a política marxista.

1954-1958

Importantes greves, verificadas no início da década de 50 e que pipocaram entre as operárias têxteis do estado do Pará, atuam no sentido de fazer com que o Partido comece um processo de ruptura com as posições estreitas que vinha assumindo desde 1948, reaproximando-o assim da população pelas mãos do movimento sindical. Deve-se observar, também, que a crise política interna adquiriria novas e dramáticas proporções com a denúncia do chamado culto à personalidade, que atinge a figura quase sagrada de Josef Stalin, todo-poderoso secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Desiludidos, alguns intelectuais de peso deixam o Partido, como Jorge Amado e Antonio Paim. Um número considerável de jornalistas (entre eles se alinharia Moacyr Werneck de Castro), lotados na imprensa partidária, também rompe com o PCB nessa ocasião.

1958-1964

Buscando superar a grave crise interna que o sacudia, o PCB elabora a chamada Declaração de Março de 1958, que privilegia o caminho da democracia para a solução dos problemas nacionais e a superação do próprio capitalismo. Com isso, a intelectualidade volta a se aproximar do Partido, sentindo que este se arejava novamente.

Surgem, daqui e dali, inúmeras manifestações de ordem cultural. A revista *Para Todos*, fundada em 1956 pelos comu-

nistas, influencia parcelas consideráveis da intelectualidade. E o mesmo se pode dizer do jornal *Novos Rumos*, que chega a vender mais de 50 mil exemplares, em um país então com cerca de 50 milhões de habitantes ou pouco menos do que isso. Os dois principais responsáveis pelo semanário, os jornalistas e dirigentes partidários Mário Alves e Orlando Bonfim, seriam assassinados pela ditadura poucos anos após o empastelamento do jornal em 1964. Luiz Mário Gazzaneo, Josué Almeida, Almir Matos, Renato Guimarães e Maria da Graça Dutra participam ativamente do *Novos Rumos*.

Jornalistas e militantes como Sérgio Cabral e Ivan Alves também dão sua colaboração ao jornal em diversos níveis, indicando textos ou revisando algumas matérias ou ainda organizando finanças para a sua manutenção. A revista teórica do Partido, *Estudos Sociais*, dirigida por Astrojildo Pereira e Armênio Guedes, exerce uma certa influência sobre os estudiosos e parcelas da academia. Nelson Werneck Sodré, Fausto Cupertino, Jacob Gorender e Jorge Miglioli integram a revista, que publica dezenas de artigos de peso até 1964, inclusive de intelectuais não comunistas e de enorme prestígio entre seus pares, como Josué de Castro e Hermínio Linhares.

Dirigentes, militantes e intelectuais do PCB se debruçam então sobre a questão agrária, como Alberto Passos Guimarães, autor do clássico *Quatro séculos de latifúndio*, Caio Prado Júnior, Carlos Marighella e Fragmon Carlos Borges. Entre os cientistas sociais começam a despontar, nas fileiras partidárias, Joel Rufino dos Santos, Nailton Santos (que irá auxiliar

Celso Furtado na Sudene e era irmão de Milton Santos (um intelectual muito próximo do PCB), Ruth Cardoso, Zuleide Faria de Melo, Dirceu Lindoso, Décio Freitas, Hermógenes Lazier, Antonio Carlos Peixoto, Antonio Fausto Nascimento, Amaro Quincas, Clóvis Moura e Rui Facó.

Surge o Cinema Novo, com decisiva participação de realizadores ligados ao PCB, como Nelson Pereira dos Santos (que dera partida no movimento, com o clássico *Rio 40 graus*), Roberto Santos e Leon Hirzsmann. Fora isso, o livro intitulado *Introdução ao cinema brasileiro*, publicado em 1959 pelo crítico e cineasta comunista Alex Vianny, marca toda uma geração de criadores. Alex Vianny seria o coautor, juntamente com Glauber Rocha, do célebre texto-manifesto *Estética da Fome*, que opera um primeiro balanço do Cinema Novo, já em 1965. Miguel Borges, autor do manifesto propriamente dito do Cinema Novo, era, além de cineasta, jornalista e comunista.

Na literatura de ficção, os nomes cobrem o país todo, a rigor: do goiano Bernardo Éllis ao paraense Abguar Bastos e do cearense Jairo Martins Bastos ao maranhense José Louzeiro, que se iniciava então nas letras e já exercia o jornalismo no Rio de Janeiro. Ainda nos anos 60, escritores jovens como Ciro Martins e Sérgio Faraco aproximam-se do PCB. José Paulo Paes, tradutor e poeta, intelectual e autodidata, também atua no Partido no estado de São Paulo.

No teatro, a presença do PCB também se faz sentir e autores consagrados como Dias Gomes (*O pagador de pro-*

messas) e Gianfrancesco Guarnieri (Eles não usam *black-tie*) pertencem às suas fileiras. A ação de Flávio Rangel, Zbigniew Ziembinsky e João das Neves também leva a marca de suas militâncias no PCB. Entre os críticos, destaca-se o gaúcho Fernando Peixoto, também ator, diretor e um dos maiores divulgadores no Brasil das obras e ideias do alemão Bertolt Brecht. E, entre os atores e atrizes, poderíamos citar Paulo Gracindo, Paulo José, Glauce Rocha (ela abrigou a família de Giocondo Dias, após o golpe de 1964), Juca de Oliveira, Raul Cortez, Ítala Nandi, Dina Sfat, Carlos Vereza, Joel Barcellos, Francisco Milani, Stênio Garcia, Lima Duarte e José Wilker. Bráulio Pedroso e Benedito Ruy Barbosa, que iriam se consagrar posteriormente nas novelas televisivas.

Há ainda criadores do PCB atuando com brilho na arquitetura e nas artes plásticas, de maneira geral. Além dos já citados Oscar Niemeyer, Di Cavalcanti, Portinari e Carlos Scliar, são comunistas Iberê Camargo, Renina Katz, Lina Bo Bardi, Paulo de Camargo e Almeida (fundador da Universidade Federal de São Carlos), Paulo de Mello Bastos, Virgínia e Vilanova Artigas. Ficaria celebrizada a presença dos comunistas nas rádios Tupi, de São Paulo, e Nacional, no Rio de Janeiro, onde desponta o cantor Jorge Veiga.

O PCB se implanta no mundo da ciência e os comunistas Luís Hildebrando Pereira da Silva e Samuel Pessoa ajudam a elaborar uma política de pesquisa médica para o país, influenciando de forma decisiva na criação da própria Fapesp, ainda hoje o principal organismo de apoio à pesquisa em todo o estado

de São Paulo. O médico Mário Magalhães Silveira também se destaca como profissional e militante. Célio Guedes, dentista, é homem da mais absoluta confiança do aparelho partidário. Por seu turno, a cientista Olga Bohomoletz integraria uma das primeiras diretorias da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Figuras lendárias no PCB, àquela altura, eram as médicas Maria Aragão, de São Luiz do Maranhão, e Naide Teodósio, do Recife. Outro pesquisador muito respeitado e que seria afastado da Fundação Oswaldo Cruz por suas ligações com o PCB no pós-64 era Haiti Moussatché. Mais jovem no Partido, Leia Scheinvar também começa a se destacar na área da pesquisa botânica. A psicanalista Helena Besserman Vianna é membro do Partido. Ainda no campo da ciência aplicada, alinham-se entre os comunistas os jovens engenheiros e cientistas Raymundo de Oliveira, Joel Teodósio, Ulrich Hoffmann, Amélia Império Hamburger e Sérgio Augusto de Moraes, figuras que teriam um papel importante nos embates democráticos. Fernando Santana, também engenheiro e um dos mais competentes deputados da história do parlamento brasileiro, por sinal, já havia aderido ao PCB em 1934.

Vale dizer, o Partido cresce visivelmente aos olhos dos intelectuais e artistas. Nei Lopes, futuro historiador e sambista de talento, integra, ainda na condição de estudante, as hostes juvenis do PCB, assim como Aspásia Camargo, que se destacaria depois como socióloga e militante da ecologia, Mariza Campos da Paz, bióloga e jornalista, o futuro engenheiro Ulrich Hoffman, o cientista social Eurico Figueiredo, o então es-

tudante de Engenharia Sebastião Rodrigues Paixão, a atriz e escritora Jalusa Barcellos, o futuro médico Jacob Klingerman, o futuro advogado e ministro da Justiça Aloysio Nunes Ferreira, o futuro engenheiro e escritor Ailton Benedito de Souza, o futuro animador do Movimento de Cultura Popular no Recife, Joacir de Castro, o ator e dirigente comunista Hiram Pereira, o futuro jornalista Jarbas de Holanda, também do MCP do Recife, o futuro advogado e parlamentar Roberto Freire, o futuro ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau (torturado durante a ditadura Médici, em 1972), o futuro sociólogo Rubem César Fernandes e Aléxis Stepanenko, mais tarde ministro do Planejamento do Governo Itamar Franco.

Na verdade, o Partido talvez buscasse, com todas suas limitações, unir prática política e reflexão teórica, e nisso acompanhava o conjunto do chamado movimento comunista internacional, sobretudo os partidos italiano e francês no imediato pós-guerra. Além do que, nunca é demais recordar, dirigentes revolucionários de grande envergadura eram também pensadores de alto nível – a começar por Karl Marx e Friedrich Engels, mas também Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui e Ernst Fischer, entre outros. Talvez não seja equivocado afirmar que o PCB caminhava para se tornar uma espécie de agente antropológico, servindo de mediador, de um lado, entre o fazer estético dos artistas e a reflexão dos intelectuais e, de outro, a sociedade em geral.

É preciso reconhecer que os governos democráticos de Juscelino Kubistchek e João Goulart, com suas propostas reformatórias, fomentam as condições políticas mínimas para o alastramento da atividade cultural. Um comunista dos idos de 1935, o economista e teórico Ignacio Rangel, será um dos elaboradores, inclusive, do famoso Plano de Metas de JK. São os tempos de Brasília, com o comunista Oscar Niemeyer à frente. Do CPC da UNE, os comitês de cultura popular incentivados pelos estudantes e presidido pelo poeta Ferreira Gullar. Convém destacar ainda que, no plano do CPC, tiveram importante atuação na massa estudantil os comunistas Marcos Jaimovich, Zuleika Alambert e Givaldo Siqueira. E são também os tempos do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, que congrega nomes de primeira grandeza, a saber: o general e historiador Nelson Werneck Sodré – ligado ao Partido desde o final do Estado Novo, pelo menos –, o crítico progressista Álvaro Lins, o dramaturgo Dias Gomes e outros. Isso, para não aludirmos ao Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), incentivado pelo Ministério da Educação e Cultura, com forte presença comunista. Intelectuais da importância de Roland Corbusier, Osny Duarte Pereira, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto participam de inúmeros debates e publicações, contribuindo para a criação de marcos ideológicos que iriam balizar a política do chamado desenvolvimentismo entre nós. Além do que, há um clima cada vez mais favorável às lutas por reformas e, mesmo aos embates de corte mais propriamente revolucionário, como a resistência armada dos povos vietnamita e cubano e os próprios combates travados pelos movimentos de libertação na África.

Nessa fase, a produção intelectual pecebista tende a se tornar hegemônica, no sentido de que ela conduz, cada vez mais, o processo artístico-cultural em vários pontos do país.

1964-1968

A ditadura militar instalada no país em 1º de abril de 1964 golpeia com todas as suas forças o mundo da cultura, além do mundo do trabalho material e as instituições democráticas do país. Criação intelectual, evidentemente, não é compatível com obscurantismo e perseguições políticas, como a falta de liberdades públicas. Nesse quadro, as relações do PCB com o ambiente da cultura ficam abaladas, uma vez mais. Mesmo assim, o Partido se esforça para recompor as suas bases intelectuais e influir, por intermédio de práticas diversas, para isolar e derrotar o regime militar. Afinal, a ditadura não poderia colocar toda a cultura viva da nação na clandestinidade, conforme fizera com o próprio Partido.

São os tempos do chamado Comitê Cultural, que busca reagrupar toda a militância intelectual e artística do Partido. Givaldo Siqueira é o assistente ou o representante partidário nele. O livro *Síntese de história da cultura brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, considerado por alguns uma espécie de plataforma cultural dos comunistas, teria sido escrito atendendo solicitação do Comitê Central do PCB. Dessa maneira, jornalistas e intelectuais comunistas, entre os quais Luís Mário Gazzaneo, Maurício Azêdo, Sérgio Cabral, Alfredo Trajano,

Artur José Poerner, Anderson Campos e Leandro Konder lançam, no Rio de Janeiro, o jornal *Folha da Semana*, o primeiro periódico alternativo da era da ditadura. O prestigiado intelectual e católico progressista Otto Maria Carpeaux colabora com o jornal, assim como a atriz Odete Lara.

Ainda são expressões da resistência cultural dos comunistas o Teatro Opinião, comandado por Ferreira Gullar, Tereza Aragão, Oduvaldo Viana Filho e Armando Costa, no Rio de Janeiro; o Teatro de Arena, de São Paulo, com Gianfrancesco Guarnieri, Lima Duarte, Rafael de Carvalho (também poeta de cordel) e vários outros; a revista *Civilização Brasileira*, da editora homônima, conduzida pelos comunistas Ênio Silveira e Moacyr Félix, no Rio de Janeiro. Importante destacar um momento pouco conhecido da Editora Civilização Brasileira, quando cumpriu rica e inesquecível missão do PCB, ao desenvolver o trabalho de aproximação com a Igreja Católica, numa articulação coordenada por Luis Maranhão, pelo lado dos comunistas, e por Alceu Amoroso Lima (o Tristão de Ataíde), pelos católicos, o que deu muitos frutos, não apenas na luta de resistência democrática (aí considerando-se muitas pessoas libertas e várias vidas salvas, graças sobretudo à ação realizada por dom Eugênio Salles, que era arcebispo do Rio de Janeiro) como no apoio aos movimentos de libertação do colonialismo na África, Vietnã, Cuba etc. Foi dessa atividade aberta, mas mantida nos bastidores, que surgiu a revista Paz e Terra. E até alguns livros simbolizam toda uma resistência coletiva, como o célebre *Febeapá ou Festival de*

besteira que assola o país, do comunista Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta. Isso, sem esquecer a música de protesto de João do Vale, um ex-pedreiro comunista originário do Maranhão, e as canções nativistas do gaúcho Leopoldo Rassier.

A intelectualidade e os artistas comunistas jogam um papel importante na reestruturação do PCB logo após o golpe de Estado. No Pará, um intelectual da qualidade de Rui Barata passa a dirigir o Partido desde a clandestinidade. No Amazonas, José Maria Monteiro, que iria posteriormente se formar em Medicina, e José Augusto de Souza Rodrigues, o Guto, músico e produtor cultural, assim como o engenheiro Chico de Assis um pouco mais tarde, dirigem o Partido local. No Espírito Santo, a professora Myrthes Bevilacqua e o hoje escritor Dino Gomes lutam para colocar o Partido de pé novamente. O mesmo fazem o jornalista Francisco Inácio de Almeida e os advogados Tarcísio Leitão e Aníbal Bonavides, no Ceará. Um intelectual e cineasta da qualidade de Vladimir Carvalho já integrava a direção estadual do Partido na Paraíba. Jarbas Marques da Silva, futuro jornalista e historiador, cumpre importantes funções em Goiás, vindo amargar, posteriormente, quase dez anos de cadeia. O professor universitário Fausto Mato Grosso e os advogados Onofre da Costa Lima Filho e Carmelino Resende ajudariam, sobretudo a partir do início dos anos 80, a estruturar o PCB no atual estado do Mato Grosso do Sul. O mesmo ocorreria em Santa Catarina com o escritor e editor Francisco José Pereira, que se exilara após o Golpe de 1964, o odontólogo Antonio Gonçalves Filho (Toninho) e o professor

Sérgio Grando, que viria a ser o primeiro prefeito de capital, no caso Florianópolis, eleito na legenda do PPS, no mesmo ano em que este se originou (1992), fazendo uma gestão que deixou uma marca na Ilha. Estudantes ainda, Juca Ferreira e Ana de Holanda, futuros ministros da Cultura dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente, se aproximam por essa época do PCB, assim como os músicos Jards Macalé e Buru. Os irmãos Régis e Rogério Duprat já haviam aderido desde antes ao Partido, da mesma forma que a regente e compositora Esther Scliar, que ingressara em 1951. Nas redações dos grandes jornais e revistas – notadamente do eixo Rio-São Paulo – os jornalistas comunistas travam uma luta renhida contra os censores. Milton Coelho da Graça, Elio Gaspari, Ivan Alves, Aristélio de Andrade, Alberto Rajão, Danúbio Rodrigues, Anivaldo Miranda, Derly Barreto, George Duque Estrada, Rodolfo Konder, João Antônio Mespilé, Léo Guanabara (que teve seus direitos cassados logo após o Golpe), Carlos Alberto Caó de Oliveira, Beatriz Bonfim, Vladimir Herzog, Jairo Régis, Luiz Fernando Cardoso, Fabiano Villanova, Maurício Azêdo (posteriormente presidente da Associação Brasileira de Imprensa), Sérgio Cabral, Teixeira Heizer, Célia Maria Ladeira (depois professora na UnB), Roberto Müller, Antonieta Santos, Narceu de Almeida Filho, Mauro Santayana, Heloneida Studart, Nilson Miranda, Carlos Eduardo Ullup, Elias Fajardo, Carlos Jurandir, Ancelmo Góis e Milton Temer são alguns desses profissionais. Muito qualificados, esses jornalistas eram imprescindíveis ao funcionamento da imprensa profissional, embaraçando os patrões: mesmo sa-

bendo que eram comunistas, não poderiam abrir mão deles nas redações. Quase todos são presos. Em Minas Gerais, Roberto Drummond, também jornalista, é membro do Partido. Outros jornalistas, extremamente próximos do PCB, mas sem vinculação orgânica foram Mário da Cunha, Maria Inês Duque Estrada e Celso Kinjô – todos integraram o combate à ditadura. Não se pode esquecer que a modernização profissional das redações criadas na grande imprensa brasileira foi, também, em boa parte, esforço dos comunistas. Nessa época, dois jovens estudantes – o atual jornalista Cid Benjamim e o editor e economista Cesar Benjamim, que fariam história nas esquerdas mais adiante – aproximam-se do PCB. Cid chega a ingressar formalmente no Partido, enquanto seu irmão, um pouco mais novo, participa de um organismo parapartidário.

1968-1978

A fase mais dura do regime militar, é a na qual se vive sob o império do Ato Institucional nº 5, carta de natureza facistóide, que suprime todas as liberdades democráticas. Quase um terço do Comitê Central do PCB é assassinado pelas forças repressivas. Seus corpos até hoje não apareceram. São eles: David Capistrano, Luis Inácio Maranhão, João Massena Melo, Élson Costa, Itair Veloso, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Hiram Lima e Walter Ribeiro. Barbaramente torturados, dirigentes nacionais como Hilário Pinha, Renato Guimarães, Gregório Bezerra, Moacyr Longo, Marco Antonio Tavares Coelho, Paulo Elisiário Nunes e Renato Oliveira da Motta conseguem sobre-

viver, cumprindo anos de cadeia. Sequestros, prisões, torturas e assassinatos dos opositores políticos atingem igualmente a esfera da cultura. Muitos criadores e intelectuais deixam o país. Acusada de militar no PCB, a historiadora Emília Viotti da Costa é aposentada compulsoriamente pelo AI-5 e recebe convite para lecionar nos Estados Unidos. Outro historiador respeitado, Edgar Carone, mantém-se ligado ao Partido, apesar das pressões que sofre. O mesmo acontece com José Nilo Tavares. Jovens estudantes, como Maurício Siqueira, vão estudar em países socialistas. O jornalista cearense Francisco Inácio de Almeida segue para Moscou, onde trabalha na assessoria de Luiz Carlos Prestes. A economista paraense Dulce Rosa de Bacellar Rocque também vai estudar em Moscou, tornando-se intérprete do Cavaleiro da Esperança. Quadro político de origem operária, o cearense Ederval Araújo Xavier, o Poly, também cursaria Economia em Moscou.

Impossibilitados de trabalhar em seu próprio chão, muitos intelectuais comunistas contribuirão para o desenvolvimento de outros países. É o caso do físico Ubirajara Brito, que acompanhará os arquitetos Oscar Niemeyer, Edgar Graeff e Marcos Jaimovich, na Argélia. Ou do pesquisador Luiz Hildebrando, um dos diretores do prestigioso Instituto Pasteur, de Paris. Em Moçambique se encontram o economista Gilson Leão e o professor de história Kunio Suzuki, que dão grande contribuição à formação do Estado nacional naquele país, juntamente com o médico e ex-deputado Davi Lerer. Gilson Leão trabalharia igualmente na Guiné-Bissau. Ulrich Hoffman

e Sérgio Augusto de Moraes, engenheiros, colaboram com o governo socialista de Salvador Allende, no Chile.

O PCB, além das perseguições, enfrenta, também, a crítica dos grupos radicais de esquerda, que fascina determinados setores da intelectualidade e da massa estudantil. Um quadro intelectual da envergadura de Jacob Gorender, formado nas hostes partidárias desde o início dos anos 40, rompe com o PCB após o golpe. O mesmo poderíamos dizer de homens como Mário Alves e Joaquim Câmara Ferreira, dirigentes comunistas respeitadíssimos, os quais, com Gorender e Apolônio Carvalho, fundam o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR.

Apesar do contexto político desfavorável, o PCB busca incentivar algumas iniciativas democráticas no campo da cultura. Um dos fundadores do jornal *Pasquim*, em 1969, é o comunista Sérgio Cabral. Antes, em 1966, junto com os amigos de infância Max Haus, Moysés Ajhaenblat e Moisés Fuks (todos comunistas), ele participa da fundação do Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro. O Casa Grande, como é conhecido, se revela uma fonte permanente de finanças para o Partido e, a partir de 1974-1975, abrigará toda uma série de debates sobre a realidade brasileira, reunindo a intelectualidade progressista de forma geral.

Mas o mar não estava para peixe, como se diz. Muitos músicos ganham o caminho do exílio – a exemplo do comunista Carlos Lyra – porém representantes da chamada MPB

buscam manter acesa a chama no interior do país. Entre eles, artistas também ligados ao PCB – Rildo Hora, Sidney Miller (criador do projeto Pixinguinha), José Carlos Capinam (posteriormente secretário de Estado de Cultura da Bahia), Luiz Gonzaga Jr. – Gonzaguinha, Paulinho da Viola, Tom Zé, Jorge Goulart e Nora Ney, assim como o simpatizante Zé Keti. O PCB mantém, por essa época, uma relação conflitante com os músicos do Tropicalismo, apesar de alguns deles pertencerem aos quadros do Partido, e Caetano Veloso – filho de um simpatizante comunista – e Gilberto Gil terem tido boa aproximação com os membros do CPC na Bahia. Em 1966, por exemplo, Gil lança um disco compacto que obteve muito sucesso, contendo a “socialista” marcha Rancho da Rosa Encarnada, bela mensagem de sua autoria junto com o piauiense Torquato Neto e o paraibano Geraldo Vandré. No campo da música de concerto, Camargo Guarnieri, José Siqueira e Cláudio Santoro, todos ligados ao Partido Comunista, procuram igualmente dar sua contribuição cultural e política. Mesmo um músico como João Gilberto, normalmente pouco afeito à participação política, recebe influência das ideias marxistas. Pertence igualmente ao Partido a cenógrafa e bailarina Gisele Santoro. Também o teatro resiste: quando a ditadura proíbe a peça Abajur Lilás, do ex-estivador e dramaturgo comunista Plínio Marcos, todos os teatros da cidade de São Paulo fecham suas portas, em sinal de protesto. Uma ousadia, sem dúvida. O comunista Paulo Pontes escreveu, em parceria com Chico Buarque, a peça Gota d’Água, de grande sucesso. Atuando sobretudo na Bahia, o ator Bemvindo Sequeira tam-

bém cumpre um importante papel na resistência cultural ao regime ditatorial, chegando a disputar a vereança pelo MDB com o apoio dos comunistas, então clandestinos. Bemvindo teve, também, uma atuação destacada nas batalhas da intersindical e na formação dos primeiros grupos que lutavam pela anistia. Os diretores de fotografia ligados ao PCB também resistem, à sua maneira, como o então jovem fotógrafo Antonio Luiz Mendes Soares. Espedito Rocha, um revolucionário profissional do Partido, torna-se escultor – e dos bons – ainda na cadeia. O comunista Roberto Pontual, respeitado crítico de arte, esforça-se para manter uma reflexão sobre os rumos da criação plástica.

Mas essa também é a fase marcada pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog e pelas torturas infligidas contra outros profissionais de imprensa membros do Partido, como João Batista Aveline, redator do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, futuro diretor de *Voz da Unidade*, Paulo Markun, Georges Duque Estrada e Rodolfo Konder. Responsável então pelo setor de comunicação do Partido, Elson Costa é barbaramente assassinado pela repressão. E é o momento em que desaparece nas garras da repressão o jovem José Montenegro de Lima, secretário-geral da Juventude Comunista. E essa é ainda uma época em que jovens intelectuais, como Aloísio Teixeira, Gildo Marçal Brandão e Marco Aurélio Nogueira dão o melhor dos seus esforços à reorganização do PCB em São Paulo, o principal reduto operário do país. Nicolau Sevckenko aproxima-se do PCB em meados dos anos 70, ainda na con-

dição de estudante, em São Paulo. André Motta Lima – que se inicia no jornalismo na primeira metade da década de 70 – também ingressa no Partido, ao mesmo título que o jovem fotógrafo Luiz Paulo Santana Machado e a cientista política e jornalista Lúcia Hippólito. Em 1977, os comunistas – apesar de a organização partidária estar praticamente estraçalhada pela repressão política, sobretudo após a vitória eleitoral da oposição em 1974 – conseguem lançar uma revista teórica, *Temas de Ciências Humanas*, que circularia até 1981, graças em boa parte aos esforços do editor comunista Raul Mateos Castell. Dela participariam Nelson Werneck Sodré e Renato Guimarães, este último o responsável pelo setor de educação no Comitê Central do PCB na década de 60 e parte da de 70, e um dos redatores da resolução do VI Congresso, de 1967. Ainda em 1977, graças em boa medida à intensa movimentação dos comunistas, quase três mil jornalistas de todo o país assinam o Manifesto da ABI contra a censura aos órgãos de comunicação. Durante parte da década de 70, trabalhando nos núcleos de criação da TV Globo, alguns membros do Partido Comunista Brasileiro logram criticar o obscurantismo do regime, valendo-se de novelas e seriados de grande audiência popular.

Era um começo promissor de diálogo com a indústria cultural cada vez mais presente na vida nacional. A política do Partido se pauta pela ocupação das brechas, esquivando-se tanto de uma postura adesista quanto da adoção de um posicionamento com base em hipotéticas políticas conspira-

tórias ou de infiltração. Vale dizer, o que conta para o PCB é a negociação, por sua vez equidistante, no plano da política *tout court*, tanto da revolução clássica quanto da chamada conciliação. E, nisso, o Partido também se vale de uma especificidade do processo de transformação social do Brasil, no qual a via negociada tem um papel central.

Na própria direção nacional do PCB, há dirigentes ou intelectuais orgânicos com capacidade de elaboração política e visão cultural mais ampla, ou até sofisticada, entre os quais se poderiam citar Armênio Guedes, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Marco Antônio Tavares Coelho, Dinarco Reis, Salomão Malina, Giocondo Dias, Moisés Vinhas, Givaldo Siqueira, Moacyr Longo, Severino Teodoro de Mello, Marly Vianna e Anita Prestes, as duas últimas hoje conceituadas professoras universitárias e escritoras. A presença desses nomes, por si só, revelava a importância da experiência coletiva na elaboração do pensamento político e também cultural. E não só: ainda da clandestinidade, dirigentes e militantes como Geraldo Rodrigues dos Santos e Abgail Páscoa ajudam a organizar o movimento negro e o combate ao racismo. Abgail teve, por exemplo, participação decisiva na criação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). O arquiteto Zulu Araújo desponta, já em meados da década de 70, como uma das lideranças mais significativas do movimento negro na Bahia, participando da criação do grupo Olodum, em 1979. Ele presidiu mais tarde, de 2007 a 2010, a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Wellington Mangueira, respeitado militante e dirigente

sergipano, também revela sensibilidade para a questão das relações raciais no país. Como secretário de Segurança Pública no Governo Albano Franco, deixou um exemplo de seriedade com a coisa pública e com os direitos humanos. Outro destacado combatente é o jornalista e professor Sionei Leão, militante do Movimento Social Negro e diretor do documentário Kamba Racê, em que narra a presença dos negros no Exército, durante a Guerra do Paraguai, filme premiado pela Fundação Cultural Palmares. Ele é também dirigente da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), seção do Distrito Federal, e do Núcleo Afro-Brasileiro do PPS. A propósito das chamadas lutas étnicas, convém observar ainda que o Partido tampouco desconheceu, ao longo da sua existência, a enorme contribuição dos índios para a formação do que é o hoje o Brasil. Foram membros do PCB, afora Darcy Ribeiro, os antropólogos Eduardo Galvão, Carlos Moreira, Berta Ribeiro, Sylvia Carvalho e também Noel Nutels e os indigenistas Chico e Apoena Meirelles, pai e filho. Os comunistas tiveram um papel relevante na criação do Parque do Xingu, por exemplo.

Essa foi uma fase em que os intelectuais comunistas, apesar da clandestinidade do Partido, buscavam dialogar com certas formas de pensamento, como a psicanálise e o estruturalismo. Havia carências, como, por exemplo, um certo desconhecimento ou falta de diálogo com a obra do filósofo Michel Foucault, obra essa que, por vezes, revelava uma certa descrença em relação à liberdade humana.

Apesar de tudo e a duras penas, o Partido se esforçava por manter sua influência junto à sociedade, no quadro de um combate desigual travado com a ditadura militar.

Na Bahia, nomes como o professor universitário Othon Jambeiro, os engenheiros Luiz Fernando Contreiras e Luiz Carlos Gurgel, o advogado Eduardo José Santiago, o cientista político Paulo Fábio Dantas Neto (que chegou a secretário geral estadual do PCB), o jornalista Emiliano José, do fim do anos 70 aos de 80, retomam o trabalho de reconstrução partidária, juntamente com suas atividades intelectuais.

1978-1985

Com o fim do AI-5, a decretação da anistia e o retorno dos comunistas do exílio, o PCB tenta se rearticular. Reconhecendo a importância sempre crescente do mundo da comunicação, o Partido lança, em março de 1980, o semanário *Voz da Unidade*, o qual abre algum espaço para o debate cultural. O jornal é dirigido, em uma primeira fase, por Noé Gertel e, depois, por João Batista Aveline e, por fim, por Luiz Carlos Azedo, oriundo do setor estudantil do Partido e um dos seus melhores intelectuais orgânicos até hoje, já no PPS. Um dos editores de cultura da *Voz* é o respeitado escritor e professor universitário paulista Martin Cezar Feijó. O Comitê Central do Partido encarrega Renato Guimarães e Ivan Alves de criarem a Editora Revan, hoje uma das mais conceituadas do país.

Nesse mesmo período, nasce a revista *Presença*, coordenada pelo veterano dirigente comunista Armênio Guedes, que exprime a chamada visão eurocomunista que se desenvolve dentro do PCB e conta com a participação, entre outros, de Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palácios, Gilvan Cavalcanti de Melo, Luiz Sérgio Henriques, Rubem Barboza Filho, Alberto Aggio e Milton Lahuerta. Dois anos antes, ressurgia das cinzas a revista *Civilização Brasileira*, agora denominada *Encontros com a Civilização Brasileira*, também dirigida pela dupla Ênio Silveira e Moacyr Félix, comunistas. Ex-líderes egressos do movimento estudantil, como Carlos Alberto Muniz e Franklin Martins, assumem as propostas do Partido naquele momento. Também oriundos do movimento estudantil, as lideranças Arnaldo Jordy, do Pará, Luzia Ferreira e Juca Amorim, ambos de Minas Gerais e Ana Batista, do Rio de Janeiro, reforçam consideravelmente o PCB. Luiz Paulo Velloso Lucas reafirma a sua condição de militante do Partido. Jovens estudantes ainda, Hamilton Garcia (hoje cientista político) e Kadu Machado (hoje jornalista) também aderem ao Partido. O hoje historiador João Luiz de Araújo Ribeiro adere à juventude do Partido no bojo da abertura política. Sérgio Cabral Filho toma o mesmo caminho. O jornalista Alon Fuerwerker e Silvano Tarantelli fazem o mesmo, engajando-se inclusive no semanário *Voz da Unidade*, ao mesmo título que o médico e jornalista Luis Mir, hoje escritor. Em Minas Gerais, o hoje historiador Rodrigo Patto de Sá Motta ingressa no PCB. Em São Paulo, a jovem geógrafa e professora Arabela Pereira Madalena assume plenamente

a sua condição de comunista, após retornar de Moçambique. O sociólogo José Cláudio Barrighelli, preso durante alguns anos na ditadura, mantém sua ligação com o Partido. Na esfera mais institucional, uma comunista, Maria José Feres, torna-se a primeira presidente da Adesp (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), em 1981. O professor de física, Robespierre Teixeira, comunista, assume a Presidência do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro nessa mesma fase. A jornalista Lu Fernandes, comunista, torna-se a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em 1982. Antonio Rezk funda, em 1978, na capital paulista, o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (Ipsos), e se torna primeiro vice-presidente da União Brasileira dos Escritores (UBE).

Contudo, o PCB ainda não obtém a sua legalidade. Pior, até: encontra-se muito dividido. De um lado, existe o grupo que se articula em torno das posições defendidas por Luiz Carlos Prestes, partidário da formação de uma frente das esquerdas. O conceituado advogado Aldo Lins e Silva o acompanha nesse posicionamento, assim como os históricos dirigentes comunistas Agliberto Vieira de Azevedo e Gregório Bezerra. De outro, há os chamados eurocomunistas, partidários da aplicação da rica experiência política de alguns partidos irmãos europeus à realidade brasileira, notadamente no que tange à valorização da questão democrática na ultrapassagem do modo de produção capitalista, já percebida pelos comunistas nacionais em 1958. Acaba

prevalecendo a linha política expressa por Giocondo Dias – mas a influência do PCB junto à intelectualidade já não é mais a mesma, decididamente.

Seguramente, a maneira como o PCB tratou da questão eurocomunista contribuiu para esse afastamento da intelectualidade do seio do Partido. Intelectuais históricos do PCB, com mais de vinte ou trinta anos de militância – Leandro Konder é um deles; Carlos Nelson Coutinho, outro; o médico David Capistrano Filho, outro ainda – afastam-se do Partido. Um jornalista da importância de Mauro Malin também se desliga nessa ocasião do PCB (ele fora um dos redatores, juntamente com Giocondo Dias e Leandro Konder, da resposta à Carta aos Comunistas, de Luiz Carlos Prestes). Zuleika Alambert, que sempre trabalhara com a juventude e se tornara a principal expressão feminina do partido, deixa igualmente a agremiação. Mesmo assim convém recordar que a ação inovadora sobre a questão feminina de Zuleika deixaria marcas profundas no Partido: Abigail Páschoa, Bete Barreiros, Cleia Schiavo, Elaine Faria, Guiomar Monteiro, Iáris Ramalho Cortês, Irina Storni, Jane Neves, Neusa Melo e Tereza Vitale, vozes feministas no interior do PPS, seguem seu legado sempre destacando o pioneirismo de sua atividade, e capitaneadas por Almira Rodrigues, uma referência nacional do movimento feminista. Seja como for, enfraquecido, o PCB se defronta ainda com a forte presença do Partido dos Trabalhadores (PT) nos meios culturais, sobretudo na academia.

Marco Aurélio Nogueira e Gildo Marçal Brandão se afastam organicamente do Partido, mas mantêm inúmeros vínculos com a organização. Um importante quadro intelectual e formulador político, José Paulo Neto, permanece, contudo, nas fileiras partidárias naquele momento, assim como o economista alagoano Cícero Péricles e a socióloga Iara Brayner Mattos.

Ironias da História: não se pode deixar de lembrar que, no exato momento histórico em que o PCB afirma a vitória de sua linha política de massas sobre a ditadura militar, esse mesmo Partido começa igualmente a declinar.

1985-1992

O PCB obtém a sua legalidade somente em maio de 1985, após o fim do regime militar, quando outras agremiações de esquerda já se encontravam legalizadas, como o PT e o PDT. O Partido tenta reconstruir as pontes com o movimento cultural de maneira geral. O médico comunista Sérgio Arouca assume a Presidência da Fiocruz. O veterano jornalista comunista Ivan Alves torna-se Diretor de Jornalismo da TVE, a única televisão educativa que ainda depende do governo federal (as demais são estadualizadas). Horácio Macedo passa a ser o reitor da UFRJ, eleito por seus pares. São espaços que os comunistas voltam a ocupar na sociedade. Um poeta libertário como Paulo Leminsky, uma das vozes mais originais de sua geração, assume a sua plena condição de comunista. Um ensaísta da qualidade de Ivan Ribeiro Filho confirma a

sua permanência no Partido. Os historiadores José Antônio Segatto e Celso Frederico mantêm-se alinhados com as teses partidárias. O economista Rogério José Dias faz o mesmo, por seu lado, assim como o jornalista e escritor Jocelyn Brasil e o advogado e poeta Eusélio Oliveira.

Advogados prestigiosos, atuando na esfera trabalhista, defensores dos direitos humanos, como Marcelo Cerqueira, Paulo Saboia, Humberto Jansen, Modesto da Silveira, Flora Strozenberg (todos do Rio), Aníbal Fernandes (São Paulo), Felix Palacci e José Vigilato Cunha (Distrito Federal) também renovam ou mantêm suas ligações antigas com o Partido, que sempre encerrou em seus quadros advogados brilhantes, como Calheiros Bonfim, Sinval Palmeira e Herman Baeta. Em 1986, o PCB decide lançar a revista *Novos Rumos*, de caráter mais teórico. Dirigida pelo veterano antifascista Noé Gertel, a publicação visa ampliar a inserção do PCB na intelectualidade.

Aos poucos, os contatos com o mundo do samba também vão sendo retomados. Lícia Canindé, a Ruça, vereadora comunista pelo Rio de Janeiro e integrante do PCB desde 1968, passa a presidir a escola de samba de Vila Isabel, ganhando o carnaval de 1988, em memorável desfile que homenageia Zumbi dos Palmares no centenário da Abolição, justamente. Noca da Portela, sambista dos mais respeitados, integra oficialmente o Partido ao qual se ligava ainda nos tempos da clandestinidade. Monarco, outro portelense histórico, comparece a inúmeros atos promovidos pelo Partido

– lembrando sempre que sua prima, Zélia Magalhães, seria assassinada em um comício do Partido, durante o Governo Dutra, em 1946. Um compositor da qualidade de Almir Sater comparece a espetáculos promovidos pelo Partido no Mato Grosso do Sul. No plano específico da cultura popular, ressalte-se o excepcional trabalho do maranhense Teodoro Freire que criou e fez atuar permanentemente, em Brasília, o Bumba Meu Boi e Tambor de Crioula do Seu Teodoro. Militante do PCB, desde jovem, no Rio de Janeiro, então capital da República, transferira-se, em 1962, para a nova capital, a pedido do seu conterrâneo, o poeta Ferreira Gullar, então diretor da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Criadores como os cineastas Denoy de Oliveira, Sílvio Tendler, João Batista de Andrade e Vladimir Carvalho e os pintores Siron Franco, Waldomiro de Deus e Aparecida Azedo tomam o mesmo rumo. Que é também aquele do criativo cartunista e jornalista Cláudio de Oliveira.

Um economista da qualidade de Raul de Mattos Paixão, autor de uma tese importante que considera a inflação um instrumento de transferência de renda do salário para o capital, em uma fase em que ela recrudescia, renova seus vínculos partidários, assim como o também economista Demétrio Carneiro, originário do movimento estudantil do Partido no Rio de Janeiro. O cineasta Zelito Vianna e a produtora cinematográfica Vera de Paula permanecem estreitamente ligados ao Partido, ainda que sem vínculos orgânicos, propriamente. O rumo do PCB seria também o do ator Stepan Nercessian

e da atriz Bete Mendes, que, com apenas 15 anos de idade, aderira ao PCB no Rio. Jovem estudante ainda, Paulo Ribeiro Cunha, que depois se destacaria como sociólogo, ingressa oficialmente no Partido. Muitos desses intelectuais e artistas estarão presentes na bela campanha do deputado Roberto Freire à Presidência da República, em 1989. Entre eles, citaríamos Cristiane Torloni, João Câmara, Noca da Portela, Mário Lago, Joel Barcellos. Quando do segundo turno das eleições, os partidários e simpatizantes do PCB vestiram uma camiseta de campanha onde se podia ler: “Sou Freire. Estou Lula”. Aliás, a campanha presidencial foi um desses momentos em que o PCB mobilizou toda sua massa crítica, apresentando ao país temas de grande modernidade, como a questão da privatização do Estado e a atualidade, entre nós, inclusive, dos efeitos da revolução tecno-científica em curso no mundo.

Mas – é preciso que se reconheça, igualmente –, o PCB representa um modelo internacionalmente esgotado – o chamado socialismo real – e os estudantes e a nova intelectualidade progressista não se sentem nem um pouco atraídos mais por ele. Apesar dos esforços de alguns reformadores – à frente dos quais o próprio secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev –, o socialismo real se extingue em 1991, com o fim da União Soviética. E esse fato não poderia deixar de abalar profundamente o Partido, ligado desde os seus primórdios à Revolução Russa de 1917. Em 1992, o PCB decide mudar de nome e de política, sobretudo, e passa a se chamar Partido Popular Socialista, PPS.

1992-2012

Ao perceber a importância fundamental da democracia (o Partido se pronuncia pela chamada radicalidade democrática, a ampliação contínua dos espaços de ação e expressão populares) e o alcance da revolução tecno-científica em curso no mundo, o PPS vai se posicionando como uma organização que almeja reunir condições de atrair e influenciar, com sua política, aqueles que atuam na área da cultura e da ciência. Trata-se, na passagem do PCB para o PPS, de uma ruptura com determinadas práticas organizativas do velho Partidão, para além de uma mudança de concepção de mundo. Ademais, o Partido percebe que há novos atores sociais em cena. E espaços políticos novos, igualmente. Afinal, a chamada sociedade do conhecimento, o capitalismo cognitivo, começava a mostrar a sua cara, revelando o grande papel que a intelectualidade e os criadores possuem no processo de mudança social, deslocando as fronteiras da classe operária tradicional. O trabalho imaterial como que ganha materialidade.

Apesar disso não se traduzir em fortalecimento imediato do Partido, homens como o economista Luís Gonzaga Beluzzo, os jornalistas José Hamilton Ribeiro e Andrei Bastos, os advogados Almir Pazzianotto e Airton Soares, o antropólogo Mércio Gomes, o influente líder indígena Marcos Terena, o poeta Athayde Nery, o também poeta e letrista Wally Salomão, o advogado Byron Sarinho, o filósofo Luiz Sérgio Coelho Sampaio (esses três últimos prematuramente falecidos), o médico Luciano Rezende, o engenheiro Arnaldo Jardim, o

advogado e professor de Direito Dimas Ramalho, a jornalista e apresentadora de TV Soninha Francine, a advogada Linda Monteiro, a juíza Denise Frossard, o historiador Lincoln Penna, o jornalista e blogueiro Maurício Huertas, juntaram-se nesses últimos anos ao PPS, agremiação presidida por um respeitado quadro parlamentar, Roberto Freire.

Nas artes plásticas, Rubens Gerchman, um nome de peso, colabora com o Partido. Maurício Seidl, fotógrafo reconhecido no Brasil e fora dele, faz o mesmo. Delcio Marinho, diretor de teatro carioca e sobrinho-neto de Astrojildo Pereira, retoma suas ligações com a frente cultural partidária. Luiz Carlos Prestes Filho, estudioso e pioneiro, entre nós, no exame das chamadas indústrias criativas, também mantém relações muito amistosas com o aparato cultural do Partido. Esportistas como o velejador Lars Grael adere ao PPS, assim como a ex-jogadora de voleibol, pentacampeã pelo Flamengo e sobrinha de Astrojildo Pereira, Norma Dias, e o técnico de futebol Wanderley Luxemburgo. A esportista Georgette Vidor ingressa igualmente no Partido, sagrando-se, inclusive, deputada estadual pela legenda do PPS. Igualmente deputado estadual pelo PPS, Comte Bittencourt enriquece a visão partidária sobre a questão educacional, assim como a bióloga e professora Renata Cabrera. O ator David Pinheiro milita igualmente nas hostes partidárias.

Um passo importante – ou até fundamental – no sentido da integração com a esfera da cultura se deu com a criação da Fundação Astrojildo Pereira (FAP), instituída pelo Partido

em 2001. Ela cumpre a função de um Comitê Cultural contemporâneo. Intelectuais, jornalistas e artistas conceituados integram esse órgão. E o conselho editorial da sua revista, a *Política Democrática*, reúne alguns nomes expressivos, muitos dos quais colaboram também com artigos para suas edições. Eis alguns desses nomes: o poeta Ferreira Gullar, o documentarista Vladimir Carvalho, o cientista político Luiz Werneck Vianna, o economista Sérgio Besserman Vianna, o promotor e escritor Oscar d'Alva, o historiador Alberto Aggio, o sociólogo Raimundo Santos, o constitucionalista Paulo Bonavides, a física Dina Lida Kinoshita, o promotor de Justiça e escritor Ruszel Cavalcante, o jornalista e escritor Luciano Barreira (já falecido), o ex-ministro Raul Jungmann, o professor Amílcar Baiardi, o economista Raul de Mattos Paixão Filho (já falecido), o professor e geólogo George Gurgel, o sociólogo Luiz Eduardo Soares, o ensaísta e tradutor Luiz Sérgio Henriques, o crítico e historiador musical Ricardo Cravo Albin, o professor Marco Aurélio Nogueira, a poeta Graziela Mello, a socióloga Cleia Schiavo, o jornalista Luiz Carlos Azedo, o cientista político Augusto de Franco, a historiadora Maria do Socorro Ferraz, o historiador Ricardo Maranhão, o professor e ex-secretário de Estado do Mato Grosso do Sul Fausto Mato Grosso, o ex-secretário de Educação do Estado do Mato Grosso e professor Antonio Carlos Máximo. Fora isso, a *Política Democrática* estampa, em seus dez anos de atividade, artigos e ensaios de intelectuais de grande prestígio no mundo da cultura e da academia, os quais não possuem ligação direta com o PPS ou até mesmo com a própria FAP.

A revista – editada por Marco Antônio Coelho, ex-deputado comunista, pelo sociólogo da UnB Caetano Araújo e pelo jornalista Francisco Inácio de Almeida – vem desempenhando um papel semelhante ao da *Estudos Sociais* nos anos 50 e 60, tornando-se um instrumento central para o diálogo do Partido com o mundo do conhecimento e a sociedade organizada politicamente. Absorvendo a cultura pecebista, a *Política Democrática* soube se abrir para diversas tendências e paradigmas políticos e filosóficos, buscando sempre debater o novo. E é interessante observar que, desde seu primeiro número, no ano 2001, ela ilustra sua capa e contracapa, a cada edição, com obras de um grande artista nacional, divulgando assim importante parcela da nossa produção plástica, de Oscar Niemeyer a Candido Portinari, passando por Aparecida Azedo, Waldomiro de Deus, João Câmara Filho e Douglas Marques. Artistas mais novos, como aos pintores cearenses Audifax Rios, Sergio Pinheiro, Felix Ximenes e Berenice, o paraibano Marcos Pereira e o pernambucano Jô de Oliveira também foram capa da publicação. Sintomaticamente, o primeiro secretário-geral do PPS, Francisco Inácio de Almeida, um dirigente forjado nos duros tempos da luta clandestina e um de seus mais preparados intelectuais orgânicos, é desde o início um dos principais organizadores da FAP – o que, por si só, traduz a importância que o PPS dedica à questão do conhecimento e da cultura. E não é por outra razão que, transcorridos dez anos de sua fundação, a FAP já publicou dezenas de livros, alguns deles em coedição com a prestigiosa Academia Brasileira de Letras e as aguerridas editoras

Brasiliense e Contraponto. De 2000 até julho de 2007, a PD foi uma coedição da FAP com a Editorial Abaré num trabalho de cortesia da dirigente Tereza Vitale.

Seus editores têm consciência das mudanças que se operaram nas esferas intelectuais do país. A figura do intelectual crítico – não necessariamente público – se impôs cada vez mais, a partir da academia, muitas vezes sem atuação diretamente política ou partidária. Qual a função da revista da FAP nesse quadro? Contribuir para aproximar as duas pontas. Vale dizer, por intermédio do equilíbrio entre qualidade teórica e busca por alternativas políticas, a revista se esforça por encurtar a distância entre pensamento e ação. A rigor, não apenas a atividade política sofre com esse distanciamento: a própria teoria corre o risco de se esclerosar ao girar somente em torno de si mesma, fechando-se ao diálogo com um mundo em permanente e inexorável transformação.

Um projeto importante da FAP, e que merece ser mencionado aqui, implica o resgate do passado político promovido pela série *Brasileiros e Militantes*, que, no final de 2011, já editara cerca de 30 documentários, a partir de depoimentos de figuras relevantes da vida do PCB-PPS e do próprio Brasil, como Oscar Niemeyer, Leandro Konder, Ferreira Gullar, Armênio Guedes, Zuleika Alambert, Severino Teodoro de Mello, Moacyr Longo, Joel Rufino dos Santos, Antônio Ribeiro Granja, Sérgio Cabral, Adalberto Timóteo da Silva, Bemvindo Sequiera e tantos outros. Há ainda vários outros depoimentos para serem editados, nos próximos anos. E é preciso mencio-

nar ainda, entre as realizações da FAP, a manutenção de um portal diário que já publicou, entre o início de 2007 e o final de 2011, milhares de artigos, notícias e notas culturais, sobretudo. A FAP edita, anualmente, uma Agenda de caráter temático, abordando assuntos como feminismo, cultura brasileira e militância partidária.

Evidentemente, nada disso seria possível sem o apoio administrativo determinado de Renato Albuquerque Martins, gerente da FAP e militante partidário desde a juventude no PCB.

É possível concluir que o PPS tem como um de seus objetivos apoiar-se nesse rico passado, na tentativa de oferecer ao país um projeto cultural consistente. Refazer a utopia, em síntese. Sem tal projeto, não há construção (ou reconstrução, melhor dizendo) possível de qualquer saída política para o Brasil, a nosso juízo.

Seja como for, o fato é que, em meados de 2005, o Partido organizou, em conjunto com a FAP, no Rio de Janeiro, mais exatamente no Museu da República, um seminário nacional para contribuir para a elaboração de uma política cultural para o país na passagem para o terceiro milênio. E o PPS ainda organizou, em julho de 2007, sempre em parceria com a FAP, a Conferência Nacional Caio Prado Júnior para debater com a intelectualidade, sobretudo, os novos rumos da esquerda brasileira. Participaram alguns dos intelectuais e homens públicos mais brilhantes do país, como Ferreira Gullar, Roberto Freire, Fernando Gabeira, José de Souza Martins, Luiz Werne-

ck Vianna, Rui Fausto e César Benjamim. Em 2008, durante a Feira do Livro de Brasília, foi organizado um rico debate sobre os 120 anos da Abolição da Escravatura, tendo à frente Zulu Araujo e Sionei Leão, e lançado mais um número especial da Política Democrática – *Cadernos de Debates*, abordando o fato e a atual realidade dos afrodescendentes no Brasil. Em 2009, tocou a vez do Recife, onde a FAP organizou, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, um importante simpósio sobre os 120 anos da República, no campus da UFPE, o qual contou com a presença de expressivos cientistas sociais – como Socorro Ferraz, Francisco Weyffort, Maria Alice Rezende de Carvalho e Cesar Benjamim – e homens públicos – a exemplo de Roberto Freire.

A influência cultural – e política – da FAP depende totalmente da autonomia que seus integrantes e colaboradores dispõem na montagem de suas propostas e de seus projetos. Essa é a condição básica para o Partido e sua Fundação enfrentarem as próximas batalhas políticas e embates eleitorais, pois não existe outra forma de influir na construção de um novo bloco de forças para mudar, de fato, o Brasil, em plena transição para a sociedade do conhecimento – na qual a criatividade desponta como verdadeiro meio de produção.

É possível concluir que o PPS tem como um de seus objetivos se apoiar nesse rico passado na tentativa de oferecer ao país um projeto cultural consistente. Refazer a utopia, em síntese. Sem tal projeto, não há construção (ou reconstrução,

melhor dizendo) possível de qualquer saída política para o Brasil, a nosso juízo. Todas as ações do PCB-PPS, no campo da cultura, nesses anos todos, contribuíram – tal é, ao menos, nossa convicção – para despertar vocações entre os jovens, o que fortaleceu a identidade brasileira.

✱

SOBRE O AUTOR



Nascido no Rio de Janeiro, em 1952, Ivan Alves Filho é historiador, diplomado pela Universidade Paris-VIII e pós-graduado pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Foi aluno de Maurice Godelier e Pierre Villar.

É autor de 12 livros, entre os quais *Memorial dos Palmares, Brasil, 500 anos em documentos* (apresentado pelo arquiteto Oscar Niemeyer), *Cozinha brasileira (com recheio de História)* e *Velho Chico mineiro* (obra prefaciada pelo ex-presidente da República, Itamar Franco). Participou de oito outros livros de caráter coletivo, um dos quais editado pela Unesco, em Portugal. Lançou, em 1998, juntamente com o historiador Nelson Werneck Sodré, o livro *Tudo é política*, o último trabalho desse respeitado cientista social.

Ivan tem cerca de 40 ensaios e artigos históricos publicados em importantes revistas brasileiras, como *Encontros com a Civilização Brasileira*, *Ecologia e Desenvolvimento* e *Política Democrática*. E tem prontos três novos livros. Várias obras

suas foram adotadas oficialmente em cursos e currículos de História e Sociologia em universidades brasileiras e estrangeiras – notadamente na Alemanha, Itália, França e na Polônia. A Universidade de Varsóvia, por exemplo, adotou, em 2010, o livro *Brasil, 500 anos em documentos* em seu curso sobre África de expressão portuguesa, Américas, e Espanha e Portugal, em seleção que incorporou em sua bibliografia pouco mais de 20 obras do mundo inteiro, entre as quais trabalhos de Celso Furtado, Edward Said, Ruy Castro e Raymond Williams.

Entre 1988 e 2012, concedeu dezenas de entrevistas sobre o seu trabalho a diversos órgãos da imprensa brasileira e, mesmo, internacional. Seus livros vêm sendo resenhados e comentados pelas principais publicações do Brasil desde a segunda metade dos anos 80 do século passado. Entre elas poderíamos citar o *Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Gazeta Mercantil*, *Zero Hora*, e as revistas *Senhor*, *Época* e *IstoÉ*. Publicações do exterior, como o prestigiado *Le Monde Diplomatique*, noticiaram obras suas. Muitos de seus livros estão catalogados em grandes bibliotecas internacionais (Lisboa, Bogotá, Paris, Washington, Torino etc.) e alguns deles foram, inclusive, roteirizados para cinema e documentários (caso de *Memorial dos Palmares* e *Aparecida Azedo – Uma pintura de conto de fadas*). Fora isso, nomes conceituados da cultura brasileira e internacional contemporâneas – e podemos citar o poeta Ferreira Gullar, o arquiteto Oscar Niemeyer, o historiador norte-americano Stuart Schwarz e a antropóloga Berta Ribeiro – fizeram referências a seus livros e ensaios. Diversas publicações acadêmicas estrangei-

ras citam trabalhos seus e isso de países tão diversos quanto México, Suíça, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Madagascar, Turquia, Polônia e Grã-Bretanha.

Exercendo o jornalismo desde a primeira metade dos anos 70, Ivan Alves Filho trabalhou e colaborou em cerca de duas dezenas de publicações brasileiras, entre as quais a revista de economia *Banas* (correspondente em Paris, em 1974 e 1975), a revista cultural *Módulo* (correspondente em Paris, entre 1977 e 1982; dirigida por Oscar Niemeyer), os *Cadernos do Terceiro Mundo* e o *Almanaque Brasil* (que formulou, em 1992). Editou, entre 1984 e 1993, o *Guia do Terceiro Mundo*, posteriormente intitulado *Guia do Mundo*, publicação lançada em português, espanhol e inglês. E, entre 1984 e 1985, foi editor dos suplementos culturais do *Jornal do País*, do Rio de Janeiro. Foi, ainda, diretor-adjunto da publicação *Brasil Mais*, editada no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997. Ao longo de sua carreira, entrevistou e/ou conviveu na Europa com personalidades como o antropólogo Claude Lévi-Strauss, o psiquiatra Tony Lainé e o fotógrafo Henri Cartier-Bresson.

O autor lecionou História e Economia Política e proferiu conferências históricas em várias cidades do Brasil e do exterior (notadamente no *Colóquio Internacional sobre Escravidão*, convocado pela Unesco, em Évora, Portugal, em dezembro de 2001).

Em diferentes momentos, atuou como pesquisador associado de órgãos como o Centro de Memória da Associação Brasileira de Imprensa (1984-1985), o Centro de Memória So-

cial Brasileira, da Universidade Cândido Mendes (1985-1986), o Núcleo de Pesquisas sobre o Índio Brasileiro, da Universidade Estadual de São Paulo (1988-1989), o Comitê Português do projeto Unesco “A Rota do escravo” (1999-2001) e o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (2001).

Como documentarista, dirigiu, entre outros filmes, entre 2005 e 2011, *O vermelho e o negro* (sobre o historiador Joel Rufino dos Santos); *Memórias do cinema* (sobre Nelson Pereira dos Santos); *A casa de Astrojildo* (sobre o intelectual revolucionário Astrojildo Pereira); *A democracia como meio e fim* (sobre o dirigente político Armênio Guedes); *Morrer se preciso for* (sobre o antropólogo Mércio Gomes); *O Partido do samba* (sobre o jornalista e historiador Sérgio Cabral); *A necessidade da arte* (sobre o filósofo Leandro Konder); *O construtor de sonhos* (sobre Oscar Niemeyer); *A luta poética* (sobre Ferreira Gullar); *Nada além da liberdade* (sobre Antônio Ribeiro Granja); e *Zuleika Alambert – Uma mulher na História*.

Dirigiu e apresentou, ainda, vários programas de cultura brasileira em emissoras de rádio (respectivamente em 1985-1986; 2002-2003 e 2005/2006). Manteve, entre março de 2000 e maio de 2010, uma coluna no jornal carioca *Terceiro Tempo*, no qual também foi editor de um suplemento cultural. Atualmente (2012), coordena o projeto de pesquisa *Brasileiros e militantes* (desde julho de 2003), para a Fundação Astrojildo Pereira, de Brasília. É, ainda, editor do portal da referida Fundação desde março de 2007, e membro do Diretório Nacional do PPS.



REDE FAP

CONECTE-SE! PARTICIPE!

Que tal discutir propostas efetivas para mudar a realidade do país em um ambiente aberto e democrático?

Tem interesse por sustentabilidade, equidade social, ética na política e movimentos sociais? Inscreva-se agora e traga sua proposta para ajudar a mudar a realidade brasileira!



crie **grupos temáticos**
envie **vídeos** fotos audios debata
discorde proponha conecte
facebook twitter monte seu **blog**



FUNDAÇÃO
ASTROJILDO
PEREIRA

Distribuição

FUNDAÇÃO ASTROJILDO PEREIRA

Tel.: (61) 3224-2269

Fax: (61) 3226-9756

contato@fundacaoastrojildo.org.br

www.fundacaoastrojildo.org.br